



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Ata n.º 371 -----

----- Aos quinze dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e três, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho, reuniu, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Anadia, presidida pelo Senhor Presidente da Assembleia, Manuel José Santos Pinho, e secretariada pelo Senhor Primeiro Secretário, Arménio de Almeida Cerca, e pela Senhora Segunda Secretária, Anabela Fernandes Monteiro, com a seguinte ordem de trabalhos:-----

"Período de Antes da Ordem do Dia: -----

----- **Ponto um:** *Apreciação e votação da Ata n.º 369 nos termos da alínea a) do n.º 1 do art.º 35.º do Regimento da Assembleia Municipal de Anadia (RAMA); -----*

----- **Ponto dois:** *Intervenções dos Deputados Municipais, nos termos do art.º 35.º do RAMA. -- Período da Ordem do Dia: -----*

----- **Ponto um:** *Apreciação da Informação da Presidente da Câmara sobre a atividade da Câmara Municipal, de acordo com o estabelecido na alínea c) do n.º 2 do art.º 3.º do RAMA; ---*

----- **Ponto dois:** *Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de Atualização da Estratégia Local de Habitação do Município de Anadia, de acordo com o estabelecido no art.º 2.º da Portaria n.º 230/2018, de 17 de agosto; -----*

----- **Ponto três:** *Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de nomeação do júri de recrutamento dos cargos de direção intermédia de 1.º grau, de acordo com o estabelecido no art.º 13.º da Lei n.º 49/2012, e 29 de agosto; -----*

----- **Ponto quatro:** *Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de 2.ª Alteração ao Mapa de Pessoal aprovado para o ano de 2023, de acordo com o estabelecido na alínea o) do n.º 1 do art.º 3.º do RAMA; -----*

----- **Ponto cinco:** *Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de 2.ª Alteração Orçamental Modificativa/Revisão às Grandes Opções do Plano e ao Orçamento do Município de Anadia, para 2023/2027, de acordo com o estabelecido na alínea a) do n.º 1 do art.º 3.º do RAMA; -----*

----- **Ponto seis:** *Apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de afetação do prédio inscrito na matriz predial rústica da Freguesia de Avelãs de Caminho, sob o art.º n.º 386, a uso habitacional, nos termos do n.º 2 do art.º 49.º do Regulamento do Plano Diretor Municipal de Anadia. -----*

Período de Intervenção do Público: -----

Período de Intervenção do Público nos termos do art.º 37.º do RAMA." -----

----- À sessão compareceram as Senhoras e o Senhores Deputados Municipais dos seguintes Grupos Municipais (GM): -----

----- • Manuel José Santos Pinho – GM do MIAP; -----

----- • Mário Augusto Carreira Heleno – GM do PPD/PSD; -----

----- • Nuno Ricardo da Costa Portovedo – GM do MIAP; -----

----- • João José Rodrigues Gaspar – GM do PPD/PSD; -----



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

- • Fernando Augusto Rodrigues Barbosa – GM do PS; -----
- • Anabela Fernandes Monteiro – GM do MIAP; -----
- • Carlos Delfim de Almeida Correia – GM do MIAP; -----
- • Graciete da Piedade Seco Vaz de Castro – GM do PPD/PSD; -----
- • Maria Alexandra Ferreira Henriques – GM do MIAP; -----
- • Bárbara Dias Martins – GM do PPD/PSD; -----
- • Marta Susana Taveira Duarte – GM do PS; -----
- • Sandra Marisa Queiroz Ferreira da Silva – GM do MIAP; -----
- • Arménio Almeida Cerca – GM do MIAP; -----
- • Rui Manuel Soares de Oliveira Bastos – PCP; -----
- • César Henrique de Seabra Rangel e Andrade – GM do PPD/PSD; -----
- • Joaquim Manuel Pereira Almeida – GM do MIAP; -----
- • Ana Cristina Gonçalves dos Reis e Silva – GM do PPD/PSD; -----
- • Pedro Pina Ribeiro – GM do PS; -----
- • Ana Paula dos Santos Alves Allen – GM do MIAP -----
- • Dino Augusto Ferreira Rasga – GM do MIAP e -----
- • Henrique Manuel Lameirinhas de Almeida Rodrigues – GM do PPD/PSD. -----
- Compareceram igualmente à sessão as Senhoras e os Senhores Deputados Municipais e Presidentes de Junta de Freguesia (PJF), dos seguintes GM: -----
- • Lúcia Maria Rodrigues de Jesus – +PNT – PJF de Avelãs de Caminho; -----
- • Manuel Batista Veiga – GM do MIAP – em substituição do PJF de Avelãs de Cima; -----
- • Manuel Augusto de Seabra Salgueiro Neves – GM do PPD/PSD – PJF da Moita; -----
- • Artur Domingos Pires Salvador – GM do PPD/PSD – PJF de Sangalhos; -----
- • Mário Severo de Matos Marinho – GM do MIAP – PJF de São Lourenço do Bairro; -----
- • Nuno Miguel Martins dos Santos – GM do PPD/PSD – PJF de Vila Nova de Monsarros; ---
- • Carlos Dinis da Silva Torres – GM do MIAP – PJF de Vilarinho do Bairro; -----
- • Ema Paula da Silva Dias Pato – GM do MIAP – PJF da União das Freguesias de Amoreira da Gândara, Paredes do Bairro e Ancas; -----
- • Fernando Adelino Pina Fernandes – GM do MIAP – PJF da União das Freguesias de Arcos e Mogofores e -----
- • Óscar dos Santos Ventura – GM do MIAP – PJF da União das Freguesias de Tamengos, Aguim e Óis do Bairro. -----
- Da Câmara Municipal de Anadia estiveram presentes os seguintes elementos: -----
- • Maria Teresa Belém Correia Cardoso – MIAP – Presidente; -----
- • João José Nogueira de Almeida – PPD/PSD – Vereador; -----
- • Jorge Eduardo Ferreira Sampaio – MIAP – Vice-Presidente; -----
- • Jennifer Nunes Pereira – MIAP – Vereadora em Regime de Permanência; -----
- • Jorge António Tavares de São José – PPD/PSD – Vereador; -----
- • Lídia Maria Mota dos Santos Pato – PS – Vereadora; -----



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- • Lino Jorge Cerveira Pintado – MIAP – Vereador em Regime de Permanência. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Boa tarde a todos. Saúdo e cumprimento a Senhora Presidente da Câmara Municipal, bem como o Executivo camarário. O plenário da Assembleia Municipal de Anadia. O público presente e todos os que nos segue através das redes sociais e a comunicação social aqui representada. --

----- A Mesa da Assembleia recebeu os seguintes pedidos de substituição: José Manuel Carvalho que será substituído por Manuel Batista Veiga, António Rafael Timóteo que se faria substituir por Manuel Oliveira Marinha e este por Elisabete Aguiar Garrido, bem como também esta Senhora deputada por Joaquim Pereira de Almeida, Vítor Santiago Tavares que se fará substituir por Maria Alexandra Henriques, Luís Miguel da Fonte por João Carlos Costeira e este por Bárbara Dias Martins. Informa-se também que a Mesa recebeu uma informação do Senhor vereador André Henriques que se fará substituir pela Senhora Dona Lídia Pato e da qual se dá conhecimento. -----

----- Verificada a identidade e legitimidade das Senhoras e Senhores Deputados presentes, assim como a existência de quórum, declaro aberta esta sessão ordinária da Assembleia Municipal convocada nos termos regimentais e cuja organização obedece ao contido nos artigos trigésimo quinto e trigésimo sexto do RAMA. Foi ouvida a Comissão Permanente da Assembleia Municipal de Anadia. São catorze horas e quarenta e sete minutos. Estão presentes trinta e um, portanto, estão todos os Senhores Deputados e o plenário está completo. Iremos então entrar no **Período de Antes da Ordem do Dia** que tem como **ponto primeiro apreciação e votação da ata número trezentos e sessenta e nove, nos termos da alínea a) do número um do artigo trigésimo quinto do Regimento**. Portanto, nós vamos pô-la à apreciação. A votação tem, portanto, também algumas condicionantes, porque só pode ser votada por quem esteve na reunião de vinte cinco de Abril deste ano. Assim sendo, o Senhor Deputado Mário Heleno, o Senhor Deputado Dino Rasga e o Senhor Deputado Manuel Veiga não poderão votar. Portanto, dou a palavra ao plenário no sentido da apreciação e posterior votação da Ata número trezentos e sessenta e nove, faz favor. Não havendo nada a apreciar, antes pelo contrário, a acrescentar, vou propor a votação desta ata. Fila A quem vota a favor, fila B, fila C, fila D, Mesa. Muito obrigado, Senhora Presidente é a fila E, por falta de espaço nos outros sítios. Portanto, o resultado é? Está aprovada esta ata por unanimidade, com vinte e oito votos a favor. -----

----- Passaremos então **à intervenção dos Senhores Deputados municipais, nos termos do artigo trigésimo quinto do RAMA** e que desde já está aberta a sua inscrição. Dou a palavra ao Senhor Deputado Nuno Portovedo. -----

----- **Senhor Deputado Municipal Nuno Portovedo, do Grupo Municipal do MIAP:** -----

----- Obrigado. Excelentíssimo Senhor Presidente, da Assembleia Municipal, Excelentíssima Senhora Presidente da Câmara, começo por apresentar os meus cumprimentos, sendo os mesmos através de Vossas Excelências extensivos a todos os presentes nesta sala, bem como a todos os que assistem a esta sessão de forma remota. -----



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Senhora Presidente, gostaria de lhe colocar duas questões que nos preocupam bastante. A primeira tem a ver com o traçado da linha de alta velocidade. Já aqui dissemos que nada temos contra a ferrovia, muito pelo contrário, no entanto, não entendemos a prioridade e a necessidade deste troço Porto-Lisboa e, sobretudo, a nossa total discordância com traçado da mesma na nossa região e no nosso Concelho, com todas as consequências que daí advêm, sejam elas económicas, sociais, ambientais, paisagísticas, etcetera. Sabemos que o troço entre Ovar e Gaia já está em consulta pública e não gostaríamos de ser apanhados de surpresa, a meio do Verão, com uma consulta pública relativamente a este troço que que atravessa o Concelho. Assim, gostaria de lhe perguntar se houve algum desenvolvimento relativamente a este tema, desde as últimas informações que aqui nos foram prestadas em assembleia. O segundo tema é o tema que, como disse no início, também nos preocupa bastante e que tem a ver com a saúde e relativamente a este tema, gostaria de saber se, após a última assembleia, houve algum desenvolvimento relativo a isto, nomeadamente, com a criação da Unidade Local de Saúde e a colocação de médicos onde eles são necessários e saber ainda se existe alguma data definida para a conclusão das obras do Centro de Saúde de Anadia e a respetiva reabertura. Muito obrigado. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado Senhor Deputado, dou a palavra ao Senhor Deputado Fernando Barbosa. --

----- **Senhor Deputado Municipal Fernando Barbosa, do Grupo Municipal do PS:** -----

----- Excelentíssimo Senhor Presidente da Mesa da Assembleia e restantes membros da Mesa, Excelentíssima Senhora Presidente da Câmara e Senhores vereadores, excelentíssimos colegas da Assembleia Municipal, público presente e os que nos seguem pela via eletrónica, assim como a comunicação social. -----

----- A minha intervenção de hoje tem a ver com uma situação que no país e no mundo se agrava e que se agrava em todo o lado, que é o problema das secas, da seca extrema e moderada nuns sítios e noutros extrema e grave, que ocorre já em várias zonas do nosso país e que não é exclusiva do nosso país, como é óbvio. No entanto, esta situação é uma situação potencial de criação de conflitos. Esses conflitos surgem entre os países, porque sendo a água um recurso escasso e fundamental para a vida do planeta, não só dos humanos, mas de todos os outros seres, é disputada e até chega a ser disputada não só entre países vizinhos, como é o caso entre Portugal e Espanha, no ano passado a Espanha não nos entregou a totalidade da água a que a Convenção de Albufeira nos atribuiu, como é disputada dentro das próprias comunidades, em que algumas acham que deviam ter acesso à água do Alqueva, por exemplo, e etcetera. Em Espanha acontece o mesmo entre as diversas comunidades. Há cerca de um ano nós tivemos aqui em Anadia um problema com alguma gravidade, que teve a ver com uma contaminação, não propriamente com a falta da água, mas com a respetiva contaminação. Foram dadas, felizmente a situação foi ultrapassada sem que rigorosamente, pelo menos para mim, tenha sido claro qual foi a causa para além do abaixamento normal dos níveis freáticos nas zonas das captações. Estamos à beira de um outro Verão e os problemas poderão



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

novamente surgir. Por outro lado, como sabemos, há uma situação de desperdício que acontece em muitos locais que assim tem bastante significado, que tem melhorado alguma coisa em termos de, digamos de relatórios da ERSAR, vê-se que há alguma melhoria, mas é pouco ainda significativo. De qualquer maneira, nós entendemos que o problema é um problema comum de todos nós, não é um problema apenas deste Executivo, é um problema de todas as forças políticas e de todos os habitantes do Concelho de Anadia. E, portanto, conscientes de que é um problema com alguma dificuldade de resolução e que deve ser resolvido tanto quanto possível de uma forma eu digo consensual, mas digamos, em que todos participem, o PS de Anadia resolveu fazer no próximo dia vinte e quatro, uma conferência em que o conferencista principal será um especialista na matéria é o Engenheiro João Damasceno, o Diretor-geral da empresa águas da Figueira. Naturalmente a conferência inicial é apenas um pretexto para a partir daí se discutir o assunto e para poderem ser dadas as contribuições que todos os envolvidos na matéria, sejam eles autarcas, sejam eles apenas munícipes, poderão dar nessa conferência. Portanto, o que eu aqui queria transmitir é que essa conferência vai ser realizada no dia vinte e quatro às quinze horas, num local icónico relativamente à água no Concelho de Anadia, que é as termas da Curia. Portanto, será no Hotel das Termas na Sala Bairrada, penso que é assim o nome. Aproveito esta oportunidade para transmitir a todos os colegas aqui presentes através do Senhor Presidente da Mesa e da Assembleia, que o PS veria com muito bons olhos a vossa presença para participar em conjunto na discussão que a oportunidade poderá oferecer. É só isto e obrigado pela atenção. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado Senhor Deputado, relativamente à parte que me cabe e que foi agora a última parte, dir-lhe-ei que sim Senhor tem todo o apoio da Mesa da Assembleia na publicitação disto, considerando, porém, que neste período de tantos eventos, da disponibilidade de tempo das pessoas. De qualquer das maneiras conte comigo nesse aspeto. Dou a palavra à Senhora Presidente da Câmara no sentido de relembrar ao Senhor Deputado Fernando Barbosa alguns aspetos que, portanto, ou reesclarecer que foram que tiveram um acontecimento o ano passado e também tecer as considerações que achar pertinentes ao Senhor Deputado Nuno Portovedo. Faz favor Senhora Presidente. -----

----- **Senhora Presidente da Câmara Municipal:** -----

----- Então muito boa tarde Senhor Presidente da Assembleia Municipal, estendo os cumprimentos aos restantes elementos da Mesa, obviamente, com os colegas de Executivo já estivemos hoje de manhã, com exceção, da doutora Lídia, porque tivemos reunião Municipal, cumprimento igualmente, os Senhores membros da Assembleia Municipal, comunicação social e todos aqueles que nos seguem online. -----

----- Bom dizer que, relativamente à linha de alta velocidade, aquilo que está em discussão pública é o traçado de Oiã a Gaia. E, portanto, não nos diz respeito neste momento a pronúncia sobre este troço de alta velocidade. Como eu disse na última assembleia, quando foi a apresentação do plano ferroviário nacional no seu todo nós manifestamos, obviamente, a nossa



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

preocupação, neste caso em concreto, nós não nos manifestámos. Pese embora tínhamos tido a solidariedade e o desafio de outros Municípios a Norte, que parece que agora acordaram e começam a perceber que efetivamente aquilo que estava em cima da Mesa era algo muito mais complexo também para os seus territórios e, portanto, quer Estarreja, quer Santa Maria da Feira, enfim, e Gaia, enfim, estão todos agora a olhar um bocadinho com mais atenção para a situação e, portanto, pedindo, obviamente a solidariedade e, obviamente, até na definição de algumas ações conjuntas que se possam vir a desenvolver no futuro próximo. No caso de Anadia em concreto, bom já disse no outro dia pela reunião que tive com o Secretário de Estado, fiquei algo apreensiva, porque segundo ele disse, isto iria acontecer e a desenrolar-se no Verão. E, portanto, nós não podemos efetivamente andar distraídos sob pena de eventualmente ir para discussão pública este segundo troço e a malta andar de férias e, portanto, se tal acontecer, obviamente que comunicarei ao Senhor Presidente da Assembleia e através dos serviços também faremos chegar essa mensagem para que os Senhores Deputados, obviamente, se pronunciem, igualmente os seus vereadores e acho que tem que haver aqui uma participação individual de cada um, deve haver e, logicamente publicitaremos esta situação no sentido de as pessoas de Anadia igualmente olharem com alguma atenção e se poderem manifestar para que efetivamente, enfim, possa haver decisão sobre o traçado que, eventualmente, venha a ser proposto no caso em concreto, o traçado que atravessará o Concelho de Anadia. Teremos que aguardar, mas muito atentos porque pode estar prestes a sair e não podemos ser apanhados desprevenidos. -----

----- Sobre a saúde não há grandes desenvolvimentos relativamente à Unidade Local de Saúde, eu própria não tenho essa informação, depois de tudo o que é que que passou por aqui e também sobre o documento que nos chegou que não nos pronunciamos favoravelmente e isso foi por unanimidade também em termos do Executivo e, portanto, fizemos chegar essa informação à Comunidade Intermunicipal e que, por sua vez, também se pronunciou sem contar com o voto favorável sobre esse documento da parte de Anadia e no caso também do colega mais a Norte, portanto, de Ovar. Portanto, não tenho qualquer outra informação relativamente à Unidade Local de Saúde. Sobre a colocação de médicos, sim houveram concursos e tanto quanto foi partilhado comigo, havia um médico a ser colocado em Sangalhos, portanto, na unidade, na extensão de saúde de Sangalhos e para já só um, nada mais foi partilhado também comigo. Sobre o Centro de Saúde de Anadia as obras estarão concluídas até ao final do mês de Julho. Entretanto com mudanças estamos também em articulação também com a Coordenadora do Centro de Saúde por causa de algum mobiliário que eles necessitam e que a ARS na altura que veio visitar as obras, portanto, também referiu haver disponibilidade para se poder adquirir algum mobiliário. Da parte do empreiteiro e o compromisso que tem connosco, portanto, as obras ficarão concluídas até ao final do mês de julho, poderá haver uma ligação ou uma fiscalização, mas pronto está nesta fase. Portanto, gostaria que houvesse mudanças antes do período de férias, não sei se vai ser possível, mas claramente em setembro, enfim, é para estarmos, estar nomeadamente o Centro de Saúde instalado, mas na nova unidade. Até porque



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

também posso dizer isto e isso também vocês saberão, há uma empreitada que foi lançada para a residência de estudantes e parte dessas obras irão coincidir com o piso onde está o Centro de Saúde e com o piso superior e, portanto, é preciso e para já essa empreitada também já tem o parecer favorável do visto do Tribunal de Contas, portanto, iremos assinar a consignação dentro em breve e, portanto, temos que criar condições para que o empreiteiro efetivamente entre em obra e há prazos para cumprir, até porque a obra também tem financiamento e, portanto, temos que acelerar e esperamos que tudo aconteça no mais curto prazo de tempo e no cumprimento total da parte do empreiteiro e depois é uma articulação com o Centro de Saúde e, portanto, a deslocalização dos serviços para a nova unidade e, enfim, continuamos a fazer o caminho, pelo menos com os recursos que estão e que para já na Extensão de Saúde de Anadia não tem havido grande agitação, depois vamos ver quando retomarem às novas instalações, se efetivamente vai haver, enfim, outros percalços. Aguardaremos. -----
----- Senhor Deputado Fernando Barbosa disse, referiu aí um problema da seca, sim, é um problema que é do País e que nos deve sensibilizar a todos, dizer-lhe só que Anadia não está a disputar água com ninguém, neste momento. Anadia a preocupação que tem é que efetivamente tenha o seu nível freático com um caudal suficiente para termos o abastecimento à população de Anadia e, portanto, não estamos a disputar com ninguém, embora haja outras entidades que tivessem e têm todo o interesse em que Anadia faça parte de outros grupos. Isso também eu já o referi aqui, eu própria disse Ok, vamos lá, apresentem-nos as contas para depois se verificar se isso faz algum sentido ou não. Portanto, é preciso também ter os estudos em cima da Mesa e, portanto, avaliar essas situações. Mas não, não temos qualquer disputa de água. Relativamente àquilo que aconteceu o ano passado, obviamente, não podemos dizer se houve alguma situação pontual de uma outra situação que nos pareceu que poderia haver ali alguma contaminação. Não foi razão suficiente para tudo aquilo que se passou. Na verdade, o que é certo é que o nível freático desceu significativamente e que dada até a natureza do subsolo, obviamente que provocou alterações, com alguma curiosidade era que a água saía, enfim, quase de imediato em condições normais à saída do furo e, portanto, à saída do principal depósito de distribuição que é do Monte Crasto. O problema surgiu sobretudo nas pontas de rede. Algumas dessas situações foram sendo corrigidas e invertidas, inclusivamente, a chegada de água a esses lugares, agora que acabou por haver uma grande desinfeção de toda a rede, aí não tenhamos dúvidas nenhuma, até porque a quantidade de cloro que, efetivamente, nós tivemos que gastar a para a desinfeção foi muito importante. Não tem dúvidas nenhuma que pelo menos as redes ficaram desobstruídas e descontaminadas, digamos, porque, de facto, e, infelizmente, e por força desta situação foi o que acabou por acontecer. A nossa esperança é que este ano corra melhor, isto é, como os incêndios há anos em que temos incêndio e há anos que estamos tranquilos e, portanto, a nossa esperança é sempre sermos positivos e que, de facto, o Município de Anadia não seja atingido por outra, por uma situação semelhante. Quanto aos desperdícios pois é aquilo que nós tentamos no dia a dia combatê-los com todo o trabalho que tem sido feito, com todo o investimento que tem sido feito também, quer no controlo das



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

perdas e que hoje, enfim, conseguimos ter a percepção, pelo menos, dos locais onde possivelmente pode haver ali uma rutura, mas que ainda há muito trabalho manual e, portanto, de pesquisa para lá chegar e, de resto, enfim, nos nossos espaços verdes aquilo que estamos efetivamente a tentar evitar a utilização da água e, portanto, minimizar a utilização desses recursos. Dizer também que há pedidos que nos têm chegado de enchimento de piscinas, de abastecimento de água, enfim, em terrenos onde outrora nunca foi ou houve qualquer pedido, mas, enfim, alguns deles recusados, porque obviamente também termos ligações de água, enfim, numa extensão fora daquilo que é o aglomerado urbano e estarmos a fornecer água tratada para outros fins que nós não controlamos. É evidente que, neste momento, estamos a evitar o deferimento desses pedidos. E igualmente no caso das piscinas que nós temos pedidos em que as pessoas nos pedem isenção do pagamento de algumas taxas e, portanto, na verdade tal não acontece. Não há deferimento desses pedidos, portanto, quem tem piscinas em primeiro lugar temos que perceber se essas piscinas, como aconteceram algumas no ano passado, estão legais ou não estão legais em primeiro lugar, assim como alguns pedidos que nos fazem e, por outro lado, se as pessoas têm esse direito a essa qualidade também de serviço, enfim, têm que pagar para tal. Não deixa de não ser um luxo, mas um luxo tem que ser obviamente pago e preservado, portanto. É o que neste momento se me oferece dizer. Mas pronto parece que entendi que, pelo menos, vocês reconhecem o esforço que tem vindo a ser feito na melhoria das perdas, dos desperdícios, penso que ouvi isso, não sei se ficou muito claro ou não. É evidente que da ERSAR mesmo toda a informação que tem sido colocada nos outros anos, eu disse-vos isso, que se calhar nós tínhamos responsabilidade também na informação que lá estava, que não estava devidamente tratada e a informação não era de todo a mais correta. E, pronto, e dei-vos um exemplo sobretudo ali daquele abastecimento dos bombeiros, como, por exemplo, a água para rega dos terrenos ali na Várzea de Arcos, em que saía por ali e essa água não estava a ser contabilizada e, portanto, como é contabilizada apareci no volume das perdas e, portanto, isso é um cuidado que nós hoje em dia temos e, portanto, já vai esse volume de água entrar num outro, numa outra parcela que não os desperdícios e as perdas como acontecia. Mas pronto, isso tudo também é aprendizagem, mas foi por essa razão também que eu disse que efetivamente não estávamos a prestar a melhor informação, na medida em que havia estas situações que não estavam a ser devidamente quantificadas. -----

----- Sobre a convite e sobre a vossa iniciativa, Senhor Deputado só me parece é que se calhar quando estão a convidar alguém que supostamente é de uma empresa pública, público-privada, se calhar não vos dará de todo a melhor clarificação neste processo da água. Efetivamente destas empresas aquilo que preconizam é que as águas sejam privatizadas e os sistemas sejam privatizados e, portanto, de certeza absoluta que vão vender o melhor possível para que os Municípios, enfim, possam aderir ou até possam vender água. Por exemplo, no caso de Anadia há pouco dizia, não estamos a disputar água com ninguém. Mas de certeza absoluta que se aderíssemos a um sistema desses a nossa água seria a melhor do mundo para poder ser utilizado, quer em Anadia quer a ser levada para outros Concelhos e, portanto, aqui acho que se



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

calhar só pecará por isso e se me permite fazer só esta observação, mas acho que tratando-se de uma pessoa ligada a uma empresa deste género, obviamente, que irá vender o melhor, obviamente, destes sistemas e apenas o que se me oferece dizer neste momento, mas tudo o que seja de sentar à Mesa e haja discussão à volta destes temas, acho que sim e que com a devida nota que é preciso separar aquilo que é o serviço Municipal e que a Câmara Municipal presta aos cidadãos e aquilo que uma empresa desta natureza efetivamente presta e cobra aos cidadãos e é bom que vocês perguntem também pelas tarifas, pelos valores que efetivamente eles cobram aos munícipes desses Concelhos que eles alimentam e depois fazer a devida comparação. Nada mais a acrescentar Senhor Presidente. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado os esclarecimentos Senhora Presidente, vou dar a palavra ao Senhor Deputado Carlos Correia, faz favor. -----

----- **Senhor Deputado Municipal Carlos Correia, do Grupo Municipal do MIAP:** -----

----- Muito boa tarde Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, na sua pessoa e na pessoa da Senhora Presidente da Câmara cumprimento todas as pessoas envolvidas direta ou indiretamente nesta assembleia, por uma questão de economia de tempo. -----

----- Senhora Presidente da Câmara nunca é demais realçar o forte dinamismo cultural e desportivo existente no nosso Município, fruto do grande empenho do Executivo Municipal e também de diversas associações culturais e desportivas do nosso Concelho. Assim e a título de exemplo, importa destacar os seguintes eventos, o Trail organizado pelo Saca Trilhos de Anadia, mini basquete de Sangalhos, o torneio de futebol de formação do Anadia Futebol Clube, a partida da Volta a Portugal em bicicleta que será em Anadia, diversos eventos desportivos a ocorrer no velódromo, a Feira do Ambiente, Saúde e Bem-estar, o Dia da criança, regresso dos concertos no parque e das sextas na praça, diversas atividades organizadas pela Biblioteca e programação do Cineteatro, bem como a Feira da Vinha e do Vinho. Gostaria que a Senhora Presidente salientasse e esclarecesse, caso assim o entenda, sobre como decorreram alguns dos eventos mencionados e quais as perspetivas para outros que ainda estão para ocorrer. Muito obrigado. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado, Senhor Deputado, dou-lhe a palavra Senhora Presidente. -----

----- **Senhora Presidente da Câmara Municipal:** -----

----- Obviamente que estes eventos desportivos ou culturais que têm acontecido e que, de facto, têm preenchido muito os fins de semana e as semanas, sobretudo deste mês de junho e ainda vamos a meio e, na verdade, iniciamos com este torneio das escolinhas do Anadia, com minibásquete ainda no fim de semana em Sangalhos, a partida da Abimota no fim de semana também do Velódromo e, obviamente, o Trail do espumante. E se somarmos efetivamente que estes eventos trazem milhares de pessoas ao nosso Concelho num só fim de semana, eu diria que são apostas ganhas, não só porque contribuímos efetivamente para a dinamização do desporto no Concelho de Anadia, mas também porque quem se disponibiliza também para



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

colaborar connosco, para nos ajudarem e nós os ajudarmos a promover estas atividades, percebem que efetivamente Anadia está à altura da resposta e, obviamente, a capacidade para o melhor acolhimento. E acabamos por promover também a região e o Concelho e eu terei oportunidade de dizer isto no próximo sábado porque a Universidade de Coimbra também convidou o Município de Anadia e na minha pessoa, para dar aqui um testemunho sobre o papel dos Municípios no apoio também sobre esta questão do vinho e, portanto, todos estes eventos que se vão fazendo nós acabamos por promover o Concelho, acabamos por promover neste caso as modalidades, as diferentes modalidades, mas obviamente também a promoção do Concelho e, obviamente, os vinhos, o turismo, a cultura e por aí fora e, portanto, todos estes eventos acabam por ser um pouquinho transversais e dando oportunidade a quem nos visita, obviamente, poder desfrutar e conhecer um bocadinho mais. Disse e bem que para além da Feira do Ambiente que efetivamente contámos com um bom tempo, felizmente, com algumas ameaças mas tivemos bom tempo e correu bem, portanto, também com muito sucesso e nesta edição com a parte da Saúde e Bem-estar que também foi muito positivo, com a participação das farmácias e, obviamente, também do Hospital da Misericórdia de Anadia e também de Sangalhos e da Ibervita e, portanto, foi efetivamente um grande contributo e uma excelente oportunidade para as pessoas poderem também conhecer um bocadinho mais e, obviamente, também estamos sempre em aprendizagem, há sempre algo novo nestes eventos. Pronto, já referiu, efetivamente, estamos a trabalhar para a questão da partida da Volta a Portugal, eu não tenho agora presente o dia, dez de Agosto. Portanto, na primeira etapa a sair de Sangalhos, junto ao Velódromo, também os campeonatos europeus de sub 19 e sub 23 de BTT e Pista que começarão também já em julho, começam a ser preparados no final deste mês e, portanto, irão acontecer no mês de julho e depois teremos em setembro também a Taça da Europa de BMX, portanto, e estamos aqui a falar dos maiores eventos que trazem efetivamente gente de outras regiões do país e gente de outros países que vem até ao nosso país. E, portanto, tudo isto traz efetivamente retorno para a economia do Concelho e isso é sentido, obviamente, pela parte da restauração, pela parte dos produtores, pela parte da hotelaria, que por vezes é insuficiente, não temos capacidade para albergar todos, mas ainda bem, porque eles acabam por também se distribuir um pouquinho pela região. Portanto falámos dos eventos desportivos, falaremos dos eventos culturais, estamos a poucos dias da Feira da Vinha e do Vinho. Pronto, já no fim de semana a sardinhada, que é uma coisa mais local, mas pronto a Feira da Vinha e do Vinho. Dos eventos que as Juntas de Freguesia vão promovendo, da Feira Medieval no final do mês de junho e pronto e todo o programa cultural que vamos desenvolvendo à semelhança dos anos anteriores, como as sextas na praça que já começou, os concertos no Parque, portanto a animação das Termas da Curia dia oito de julho. Pronto e se calhar não tenho agora presente, porque é tanto evento promovido pela Câmara, outros que nós apoiamos e pronto e outros que vão acontecendo por todas as Freguesias e, portanto, tudo isto numa aposta clara de, enfim, de criar dinamização cultural, desportiva, obviamente, e promoção do nosso Concelho. -----



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado Senhora Presidente, dou a palavra ao Senhor Presidente de Junta Artur Salvador, faz favor. -----

----- **Senhor Deputado Municipal e Presidente da Junta de Freguesia de Sangalhos Artur Salvador, do Grupo Municipal do PPD/PSD:** -----

----- Muito obrigado Senhor Presidente, permita-me que em si cumprimento toda a assembleia e gostaria de abordar um tema que já foi aqui falado que tem a ver com a água, não à água de consumo que é da responsabilidade da Câmara, mas a água de nascente. Portanto, aqui há uns meses atrás fizemos aqui uma discussão do tema, foi operacionalizado um uma circunstância de informar ao nível do Concelho todas as fontes de nascente como impróprias para consumo. Acontece que esse processo não foi concluído porque a capacitação de informação técnica que devia ter chegado às pessoas, não está ainda disponível, portanto, hoje nós temos nas fontes um placard que informa que a água está imprópria para consumo, ao abrigo da legislação em vigor e o apontador de QR Code que está disponível aponta para uma página que está vazia, portanto, eu já tive oportunidade de abordar esta questão com a Senhora Presidente e hoje essa informação não está disponível e, portanto, gostaria de perceber porquê. Isto porque é muito difícil de combater no dia a dia, é um facto histórico do consumo de água de nascente, portanto, é recorrente apesar de nós colocámos essa informação e falo aqui com propriedade na Freguesia de Sangalhos junto dos fontanários. A água continua a ser consumida e as pessoas não aceitam esta informação, portanto, é esta a verdade, portanto, os maiores aferidores da qualidade da água são ainda as pessoas, porque encontra uma água que tem bom sabor, não turba, não tem sedimento, corre em abundância e, portanto, é complicado termos esta circunstância salvaguardada. Tanto mais que mantendo-se este consumo de água por questões históricas e culturais e, portanto, de opção das pessoas, optámos por fazer agora um controlo de vigilância na semana passada e, portanto, também custa-nos no fundo aceitar que, de acordo com o regulamento que, se calhar, até poderia ser revisto, tenha parâmetros que vão desde o PH meio ponto abaixo daquilo que é o mínimo do regulamento, apenas todos outros padrões de controlo estão dentro da legalidade e outros, embora estejam fora e, nomeadamente, com partículas que nos devem levantar questões, nomeadamente os coliformes etecetera, portanto, eu tenho uma fonte que tem oitenta e três pontos em cem, que é o máximo previsto na lei e essa fonte e isto leva-me para o segundo tema, é a fonte do Videiro e, portanto, nós temos gasto dois anos de estudo do sistema que está no Videiro para perceber o porquê, desde que tomarmos posse, aquela fonte, apesar de ter água em abundância, ser uma das fontes mais concorridas da Freguesia e até por Concelhos vizinhos, tem um problema que é a montante da mina. Portanto, a montante da mina temos uma operação industrial em larguíssima escala a Senhora Presidente conhece, já lá estivemos várias vezes, até com os serviços, temos ali um problema monstruoso que é a extração das areias e, portanto, o que é que nós temos no Videiro? Uma operação industrial da qual não somos contra, acho que deve existir, o que não deve existir é a passagem dos custos de vivência



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

paredes meias com esta exploração para as pessoas. Portanto, hoje a realidade do Videeiro é uma vala de água corrente que tem origem na lavagem das areias, com tudo aquilo que acarta, que neste momento provoca estragos gravíssimos na zona da mina e a água está-se a sobrepor e, portanto, parte destes valores não em conforme com a legislação em vigor, tem certamente origem nesta exploração. Temos uma povoação da Freguesia de Sangalhos que é constantemente mutilada, digamos assim, com a passagem de cerca de trezentos camiões por dia, ali ao lado da povoação, com tudo aquilo que acarreta. O que é que acontece? As pessoas vivem no Verão no meio do pó, partículas de pó excessivamente densas, a qualidade de vida é grave e colocada em questão, no Inverno são abordadas com excesso de quantidades de água que atravessa a povoação ao meio e as lamas não é, e, portanto, já abordámos também esta questão, o Videeiro e a extração de areias tem que ter uma solução, que passa por uma rede viária adequada ao trânsito de camiões, que não crie o impacto negativo que continua a criar junto das populações. Portanto, é um negócio que gera milhões no final de cada ano, muitos milhões e não vamos para os produtos que são os produtos finais que resultam da extração de areia, mas só na extração de areia estão a ser geradas muito receitas e não está a ser feito nenhum investimento, nem na via pública, nem na qualidade de vida das pessoas. Portanto as pessoas ficam unicamente com o seu território esburacado, portanto, temos ali na operação industrial a extração das areias e o depósito da parte das areias que não é utilizado para negócio nenhum, portanto, sai de um buraco e vai para o outro. E é isso que gere este fluxo muito denso de camiões, portanto, entre arranjar outros caminhos para os camiões circularem longe da população e isso obriga a comprar terrenos e fazer a manobra que hoje é feita ao lado da população no meio do mato ou então ou então a salvaguardar um acesso, um acesso dos camiões, acesso para depósito de inertes e acesso para circulação, que tenha um alcatroamento digno e que seja poupado, nomeadamente, com a lavagem dos camiões, numa proposta que também já lhe enviei, que é o que acontece nos países evoluídos da Europa, que é estação de lavagem de camiões. Nenhum camião sai da zona de extração sem ser labado antes de entrar no alcatrão. Portanto, prevenção da dignidade humana de vivência, as pessoas têm direito a viver com qualidade de vida e a proteção do investimento público. Outro tema que gostaria de abordar, que era um tema que pensava que hoje íamos discuti-lo mas ainda não foi, tem a ver também com os caminhos florestais, o regulamento está ainda em preparação e é também uma outra circunstância que nos causa grande expectativa e grande constrangimento, porque hoje somos atravessados na Freguesia por grandes manchas verdes, os caminhos rurais estão muito degradados e tenho neste momento na impossibilidade dos operadores da floresta de utilizarem os caminhos, estão a entrar por terras a dentro, que é uma coisa que eu não posso aceitar. Eu na minha Freguesia, não sei se nas outras acontece o mesmo, eu ser chamado a um caminho rural para ver o estado em que ele está e ao lado ver terrenos que são completamente esventrados com a maquinaria pesada, leva-nos a esta circunstância. O regulamento deve ir quanto antes, se possível em setembro, se não for antes, para ser aprovado, para termos um mecanismo que nos permita ajudar a gerir e a minimizar este impacto negativo, porque, de



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

facto, só temos problemas, só temos esses problemas que ficam no território e, portanto, deixava estes três assuntos. São alertas, não são propriamente perguntas, não carecem de resposta, mas sim temos que materializar alguma discussão mais objetiva, porque, de facto, na parte que me toca, na parte que toca à Freguesia de Sangalhos, não podemos ficar com este prejuízo e assistirmos só uma exploração industrial, que tem todo o mérito em que acontece, mas que os custos são só de um dos lados da balança e nós não podemos aceitar isso. E é tudo. Obrigado. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado Senhor Presidente, a Senhora Presidente quer acrescentar alguma coisa? --

----- **Senhora Presidente da Câmara Municipal:** -----

----- Só dois ou três apontamentos. É evidente que esta questão do Videiro não é nova, já tem décadas de conversa, de conversa mas também de alguma, obra e alguma intervenção, até porque no passado, inclusivamente, nem sequer à porta da empresa tinham alcatrão, já foi feito em dois mil e treze um investimento significativo para colocar uma camada de alcatrão com uma espessura fora do normal para aguentar com o peso dos camiões, mas, na verdade com o pó hoje quase não se vê se aquilo tem alcatrão ou não, porque é quase da cor do pó. Mas na verdade só não tem é buracos essa estrada porque está lisinha pelo menos, os camiões passam aí que é outro problema para as pessoas, porque circulam a uma grande velocidade e quanto maior é a velocidade também mais é o pó que anda no ar e depois disse e bem, é o pó no Verão e a lama no Inverno. Claro que nós já verificámos que a empresa tem feito algum trabalho no sentido de que os camiões possam passar lá pela charca e lavarem as rodas, mas depois a seguir pisam outra vez a lama e de facto, não está a funcionar como deve ser. Depois são as outras alternativas, os outros caminhos até lá chegar, que é o problema e esses não são alcatroados e, de facto, também já fizemos algum desvio de águas, é verdade, já fizemos alguma regularização de pavimentos, colocá-los a passar por uma outra alternativa no imediato não temos mas, enfim, já pensámos nalgumas alternativas, temos é que a concretizar e, pronto, porque na verdade também já percebemos que, apesar de termos feito chegar esta informação, o Senhor também e nós, inclusivamente, às forças de segurança, eles também não têm meios para atuar, a não ser que se meta um sentido proibido um lado e um sentido proibido do outro e então não há nem entrada nem saída de camiões e acabamos por fechar empresa, portanto, e sabe que efetivamente a própria GNR não tem tido capacidade, porque não encontra meios legais para impedir essa mesma circulação. -----

----- Sobre os caminhos florestais o prazo portanto o documento está em discussão pública, se não me engano o prazo acaba hoje da discussão pública e, portanto, há contributos, portanto, têm sido rececionados alguns contributos. Eles terão agora que ser analisados, provavelmente reuniremos com equipa, enfim, que esteve presente para a construção deste documento e alguns colegas seus sabem disso e, portanto, perceber se esses contributos são aceitáveis, se não são aceitáveis, se são meras opiniões, porque de facto este momento acabou por criar aqui alguma surpresa, enfim, nos exploradores da madeira, portanto, e logicamente, não é



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

propriamente contestação, mas alguma apreensão e, portanto, tiveram oportunidade de manifestar pessoalmente, enfim, o seu desagrado relativamente a este documento, mas este documento já não inventámos nada, já existe algo parecido por outros, por outros Concelhos e, portanto, no país e portanto nada de novo, mas, pronto, é preciso moralizar, é isso que faremos e, portanto, analisar esses contributos, fechar o documento para que vá à Câmara e, portanto, haver a possibilidade de na próximo assembleia, portanto, em setembro poder estar presente na Assembleia para ser aprovado. -----

----- De resto, essa questão dos camiões entrarem pelos terrenos, bom isso já passa o limite daquilo que é razoável, não é, porque ou vão colher batatas ou então não faz sentido nenhum andarem aí pelo meio das terras e acho que, se calhar, tem que se dar a devida nota e se houver o registo, obviamente, de matrículas que se possa fazer chegar a algum lado para dar conhecimento. De resto Senhor Presidente nem tudo é mal, o Senhor também tem a sua Freguesia esventrada, enfim, com mobilização de solos, uns mais acidentados, outros mais regulares com uma plantação de vinha, enfim, de fazer inveja, portanto, nem tudo é mau na sua Freguesia, mas claro que e bem trouxe como apontamento aquilo que lhe deixa alguma apreensão. Não tenho mais nada a acrescentar. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado Senhora Presidente pelos esclarecimentos. Vou dar a palavra ao Senhor Deputado Rui Bastos. -----

----- **Senhor Deputado Municipal Rui Bastos, do PCP:** -----

----- Obrigado Senhor Presidente cumprimento Vossa Excelência e em seu nome todos os que estão aqui presentes, bem como aqueles que assistem à transmissão desta assembleia. -----

----- Trazia-lhe aqui dois temas, um é a habitação e outro dando continuidade á avaliação do trabalho que o Executivo tem executado junto do abastecimento de água e começava no caso da habitação por lhe perguntar algo referente a uma das medidas que foram avançadas pelo Governo, incluídas na tal proposta de lei que é relativa ao pacote mais habitação, em que prevê que os Municípios passem a ser responsabilizados, de certa forma forçosamente pelos apartamentos devolutos e caso não o façam, se prescindirem dessa ferramenta, ficarão impedidos de aplicar taxas agravadas de Imposto Municipal sobre Imóveis, ou seja, o IMI, que estão previstas no fundo para as casas devolutas. Sabemos que a Associação Nacional de Municípios Portugueses considera a emissão de um parecer desfavorável ao projeto, não só por causa desta medida, mas também forçosamente pelos previstas isenções do IMI e de IMT para a construção de imóveis habitacionais que venham a ser destinados para o arrendamento acessível e, nesta ótica, eu perguntar-lhe-ia enquadrado, possivelmente, nas medidas que já tem previstas desenvolver para habitação ao problema para resolver, para responder ao problema da habitação no nosso Concelho. No fundo, quantos imóveis estarão, terá o Concelho que possam ser enquadrados nesta medida e já agora, se me permitir, até para a habitação que não seja a social, porque a social será abordada mais daqui a pouco. No fundo, aquela habitação que é preciso desenvolver para fixar jovens ou atrair quem trabalhe, mesmo que seja



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

em outros Municípios, se prevê a reabilitação do tecido urbano degradado ou a aquisição de fogos para arrendamento a custos controlados para dar resposta a este flagelo, salvo seja vá, deste problema de que padece o nosso Concelho. Relativamente à água, efetivamente, os resultados obtidos, porque já é conhecido o relatório de dois mil e vinte e um, não fazem justiça a todo o trabalho e a todo o investimento que é feito pelo Executivo. Por outro lado, também temos de ter consciência que ainda não é possível retirar os benefícios da implementação do próprio plano de controlo e redução de perdas de água nos sistemas de abastecimento e de adoção. Será por isso expectável que no próximo relatório referente ao ano dois mil e vinte e dois, estes valores das perdas, no fundo, este valor do número de litros ramal dia venha a melhorar. No entanto e dando continuidade, como já tinha referido há bocado, à avaliação do trabalho que tem que ser realizado pelo Executivo, permita-me que lhe pergunte que avaliação é que faz, no fundo, do plano ou do compromisso que o Executivo tomou para a erradicação das redes de abastecimento de água em fibrocimento? E, por último, que meta é que foi definida para atingir, em matéria de redução de perdas, até um período que considere poder referir, uma vez que deve ter sido uma das equações tomadas quando levou que a levou a fazer todo o investimento, quer na rede de abastecimento quer noutras medidas. Obrigado. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado Senhor Deputado. Relativamente às suas questões instarei a Senhora Presidente se quer esclarecer, no entanto, se calhar e poderá ser a despropósito, poderíamos falar na habitação no ponto seguinte em termos estratégicos não deixa de ser habitação, digo eu. Pronto e como é uma apreciação, não sei se será de bom tom. De qualquer das formas, faz favor Senhora Presidente. -----

----- **Senhora Presidente da Câmara Municipal:** -----

----- O Senhor Presidente disse e bem, nós vamos discutir a estratégia, sendo que a estratégia, no fundo, tem um outro objetivo que tem a ver com respostas para pessoas que vivem em condições menos dignas ou que existe, efetivamente, densidade excessiva de habitantes na mesma casa, por razões que todos já de certo entenderão, pronto, ou despejos ou por outra situação. Algo que temos que separar que é aquilo que é a Carta da Habitação ou aquilo que é a Estratégia Local de Habitação. E a Carta da Habitação é um documento que dentro de pouco tempo, portanto, estamos a equacionar elaborar esta carta e fazer um levantamento mais rigoroso daquilo que é efetivamente as habitações nomeadamente devolutas e, portanto, responder um bocadinho à pergunta que fez. Agora, só e fico-me por aqui. Tenho pena realmente de não podermos, em vez de o Município ser prejudicado pela questão do IMI, eu só tinha pena, só ficava com pena, se nós não pudéssemos aplicar também uma taxa de IMI agravada aos imóveis do Estado que estão devolutos e aí, se calhar, a gente podia ter uma receitazinha também mais jeitosa e, portanto, aí teríamos, pronto, vocês conhecem e podíamos pensar naquilo que se passa lá em baixo, portanto, nas antigas instalações do ciclo, na casa dos magistrados, ali no prédio onde outrora funcionaram as Finanças, quer naquele piso quer no outro, em que o Estado tem isso à venda por um balúrdio que jamais será vendido por esse



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

valor, mas que bem trabalhado podia ser transformado para habitação e o Município também não tem capacidade para ir comprar imóveis ao Estado, para substituir ao Estado para fazer habitação, quando devia ser o Estado a fazer esse tipo de intervenção, agora dar um balúrdio para adquirir esses imóveis e ainda, enfim, investir para habitação é muito complicado para um Município com a nossa dimensão. e, portanto, assim também poderia dar o exemplo da Segurança Social e por aí fora, portanto, temos aí alguns exemplos. Portanto, só respondendo que realmente não temos a quantificação desses imóveis devolutos. Um outro levantamento terá que ser feito no âmbito da Carta de Habitação e, obviamente, com pena de, efetivamente, não podermos aplicar essa taxa agravada aos imóveis do Estado, uma vez que nós até já temos essa taxa a aplicar aos particulares, portanto, com um agravamento no caso dos prédios em ruínas. -----

----- Sobre a questão da água, eu diria que dois mil e vinte e dois se tiver como base o ano de dois mil e vinte e um os resultados não serão os melhores, porque normalmente isto anda com efeitos do ano anterior, mas, mas pronto, temos feito efetivamente um bom trabalho. Dizer-vos que ainda há dias uma auditoria que tivemos, nomeadamente, a apresentação da informação e que foi cem por cento sobre a informação que prestamos, portanto, o que, de facto, nos agrada porque estamos no bom caminho, na resposta e na informação, enfim, atempada que devemos fazer e também saber como fazer, que essa parte também é importante. Deixe-me só dizer que eu ainda há dias estava com um documento, isto não parece nada, mas em termos de intervenções de redes de águas, controlo de perdas, reservatórios, desde dois mil e treze até agora, nós já fizemos um investimento de mais sete milhões e não parece, porquê, porque isto acaba por ser diluído em diversos investimentos. Substituição de ramais de água e por aí fora e estou a falar desde dois mil e treze e, portanto, continuamos a investir na substituição da rede de água, ainda agora, enfim, não nesta reunião, mas na anterior, mais um concurso para renovação da rede de águas em Mogofores e, portanto, vamos fazendo estes investimentos nas diversas localidades. Não tanto preocupados com a questão que o Senhor levantou da questão do fibrocimento que essa é, efetivamente, uma falsa questão e não vamos voltar outra vez a discutir aqui a questão do fibrocimento, que não é efetivamente como as pessoas dizem e essa informação também pode recolher no âmbito da ERSAR, mas sim em função da vida útil das redes e nalgumas situações mesmo mais recentes, quando efetivamente essas redes nos provocam efetivamente problemas e, portanto, essas são as nossas prioridades. Muito obrigada, Senhor Presidente. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado, quer continuar Senhora Presidente, tem mais alguma coisa a dizer? -----

----- **Senhora Presidente da Câmara Municipal:** -----

----- Sobre este assunto não. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Okay muito obrigado. Dou a palavra ao Senhor Deputado Manuel Veiga. -----

----- **Senhor Deputado Municipal Manuel Veiga, do Grupo Municipal do MIAP, em**



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

substituição do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Avelãs de Cima: -----

----- Muito boa tarde a todos, os meus respeitosos cumprimentos em nome da Freguesia de Avelãs de Cima que aqui represento. -----

----- Só para dar aqui uma notinha que, de facto, e no cumprimento daquilo que a Senhora Presidente acabou de dizer há bocadinho, a extensão de saúde da Freguesia de Avelãs de Cima tem desde segunda-feira um novo médico também ao serviço da população da Freguesia de Avelãs de Cima, o que nos apraz registar e também estarmos aqui a dar conhecimento à Assembleia Municipal, bem como a toda a população que nos ouve. Muito obrigado. -----

----- Senhora Presidente da Câmara Municipal: -----

----- Muito obrigado. Quer a comentar? -----

----- Senhora Presidente da Câmara Municipal: -----

----- Não. Isto vem na continuidade da informação que prestei, obviamente, está em Avelãs de Cima, está afeto à extensão de saúde de Sangalhos, mas que se estende a Avelãs de Cima. ----

----- Senhor Presidente da Assembleia Municipal: -----

----- Muito obrigado Senhora Presidente, dou a palavra à Senhora Presidente Lúcia de Jesus, faz favor. -----

----- Senhora Deputada Municipal e Presidente da Junta de Freguesia de Avelãs de Caminho Lúcia de Jesus, do +PNT: -----

----- Boa tarde então Senhor Presidente da Assembleia, Senhora Engenheira Teresa Cardoso, restantes membros, restantes Deputados, caros colegas Presidentes de Junta e restante público. ----- Senhora Engenheira duas questõezinhas, uma poderia colocar no ponto período da ordem do dia, mas já agora aproveito aqui a minha intervenção. A primeira questão estávamos aqui a falar de águas, não nessa vertente, mas na possibilidade de reconstrução dos açudes, isto já foi um tema aqui em tempos debatido, reconstrução dos açudes no Rio Cértima. Os poços estão sem água, o regadio, a água que transita nos regadios não é suficiente e torna-se insuficiente para a rega e daqui a algum tempo, portanto, vamos ter aquele dito sempre problema da rega, portanto, ter que ir a máquina, que acho que esse assunto este ano está mais ou menos controlado, mas o que é certo é que realmente os poços daquelas zonas estão todos eles com uma grande seca e também devido ao facto de não haver então as respetivas águas não havendo hoje os açudes no Rio Cértima. Portanto, isso era uma das questões, portanto, qual a possibilidade de reconstrução desses ditos açudes? A outra questão relativamente à rede das águas residuais e de abastecimento de água. Eu tenho estado a par da, portanto, dos trabalhos, há uns dias atrás o trabalho estava a ser efetuado no sentido Norte-Sul praticamente a chegar ou já dentro de Avelãs de Caminho, ficou ali a uns poucos metros da entrada da Rua do Passal, que vai para a fábrica dos Bilhares Carrinho e voltou novamente agora, se não estou em erro, está na zona da Madeicentro. Se nos pode explicar qual foi a razão de não ter continuado ainda a parte, portanto, para Sul, isto porque tenho, digamos, fregueses nossos munícipes a colocar esta questão, sendo que parou ali e tem a Rua do Passal já com, digamos, os ramais de saneamento efetuados, só falta realmente apenas a



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ligação. A semana passada ou há quinze houve um caso curioso, em que um dos Senhores dessa rua veio pedir à Câmara, portanto, despejo das fossas porque não tem a ligação do saneamento efetuada, e esteve quatro dias à espera de despejos e a resposta quando telefonou para cá é que ele tinha saneamento, ele não tem saneamento, ele tem ligação feita, o ramal, mas não tem saneamento porque não há a ligação, portanto, não há saneamento. Pronto e então ele eu disse-lhe que iria estar presente hoje aqui nesta assembleia e que colocaria a questão à Senhora Presidente, para o poder informar também devidamente sobre essa situação.

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Obrigada Senhora Presidente, tem a palavra a Senhora Presidente da Câmara. -----

----- **Senhora Presidente da Câmara Municipal:** -----

----- Bom sobre essa questão do saneamento ou da empreitada que está em curso, não é a primeira vez que eles estão de um lado e depois passam para o outro e muitas vezes depende da frente que eles têm, que eles têm um pessoal que é deles e outra vez contratam uma outra empresa e, portanto, de um lado está um subempreiteiro outra vez está o pessoal da própria empresa e, portanto, às vezes saltitam. Agora, enfim, a empreitada tem que ser levada até ao fim. Há um atravessamento também tem que ser feito, mas penso que não é essa a questão. Confesso que não sei exatamente porque é que eles, enfim, não sendo nestas mudanças, com esta justificação que eu já assisti de eles arranjam um subempreiteiro, depois vão para lá com subempreiteiro, o empreiteiro adjudica-lhe uma determinada extensão, depois termina, depois vão para outro lado. Pronto e não vejo qualquer outra justificação, pronto e urge efetivamente concluir, porque já vai tempo que chegue, mas eu espero e rezo para que chegue ao fim, basicamente. Mas claro que só depois de estar tudo terminado é que efetivamente se pode considerar que a rede de saneamento está concluída e que efetivamente pode haver a ligação no destino, pronto, para conduzir os efluentes ao seu destino. Nesta Rua do Passal, exatamente não sei qual é a situação, Lúcia também não tem forma neste momento de responder, o que acontece em todas as situações e nomeadamente pessoas quando pedem o despejo das fossas, que nós também não temos resposta para tudo e, portanto, as pessoas também têm que recorrer a serviços particulares, vai sempre para verificação dos técnicos e, portanto, os técnicos têm que informar, se tem rede de saneamento e, portanto, está ligado, obviamente que já não vamos lá, não temos essa preocupação de ir àquele cliente, porque a obrigação é ele ligar-se à rede de saneamento. No caso em concreto não lhe posso estar a responder sem saber qual é a rua, qual é o número e saber quem é o cliente, porque isso passa efetivamente pelos nossos serviços que informa e, portanto, aí depois trataremos da devida justificação. -----

----- Sobre a construção dos açudes não lhe posso neste momento também adiantar mais nada. Isto faz parte de um processo da requalificação e reabilitação do Rio Cértima, num processo que está a ser trabalhado entre a Câmara de Anadia e a Câmara da Mealhada, num projeto que está adjudicado num protocolo que temos com a Câmara da Mealhada e que até supostamente porque parte da APA havia vontade de até ser apresentado num ato público, enfim, o projeto no seu todo para que efetivamente, enfim, possam confirmar o Ministério do Ambiente dizer sim



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Senhor este processo está a ser trabalhado. Agora estamos a falar em projeto e o custo da obra já vai muito para além daquele bolo que o anterior Ministro do Ambiente reservou. Portanto, agora falta saber para construir a obra de onde é que vem o dinheiro, será do Fundo Ambiental, pronto, saber quem é que vai pagar e como é que quem é que vai suportar esse custo, porque, de facto, Já vai, eu diria que quase cinco vezes mais, pronto, daquilo que era o valor inicial. Portanto, vamos aguardar depois como é que existe fundos para que haja essa intervenção. Sei que estão previstos açudes também, enfim, um pouco de outro tipo de obras, para além daquilo que seria um mero tratamento das margens, mas o Ministério do Ambiente quer apresentar isso, nomeadamente, a APA, mas vamos lá ver se depois da apresentação pública, se depois também vai haver dinheiro para executar as obras e não ficar apenas como mero projeto bonito que depois não tem qualquer consequência, portanto, vamos aguardar. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado Senhora Presidente, dou a palavra ao Senhor Deputado João Gaspar. -----

----- **Senhor Deputado Municipal João Gaspar, do Grupo Municipal do PPD/PSD:** -----

----- Boa tarde a todos. Senhor Presidente, Senhora Presidente de Câmara, distintos colegas, o Executivo, a todas as pessoas que nos escutam e à imprensa. -----

----- A minha pergunta aqui vem no sentido, nem se pode chamar uma pergunta, mas um alerta. Nós há algum tempo já referimos aqui que havia no Concelho uma necessidade de mão de obra. Atualmente estamo-nos a ver confrontados com uma imigração constante. Cada dia nos apercebemos mais de pessoas que se deslocaram de outros países, de outras vamos-lhe chamar assim de outras localidades, de outros países, mesmo com outras perspetivas diferentes das dos portugueses e que se começaram a radicar em Anadia. Alguns com contextos de vida completamente diferentes dos nossos e isso começa a ser para muitos habitantes de Anadia a trazer alguma preocupação, até pelas diferenças que existem de vida entre uns e outros. A minha pergunta aqui, concretamente neste momento, é se a Câmara se mostra ou se já tem alguma perspetiva, uma coisa que nos vai afetar brevemente, porque isto é uma coisa que eu penso que não vai diminuir, face à guerra mundial, face às dificuldades económicas da maior parte dos países. A tentativa será vir para a Europa e nós poderemos ser, numa primeira fase, o lugar mais fácil de chegar à Europa, especialmente para o pessoal que vem do Brasil e isso acarreta algumas diferenças, tanto a nível social, como depois nas estruturas locais. E a minha pergunta é se, eventualmente, a Câmara Municipal já começou a pensar naqueles problemas que podem vir a ter ou poderemos vir a ter todos, daqui a alguns meses ou num dos tempos mais próximos com essa deslocação. Porque nós todos os dias nos apercebemos que cada vez é maior e mais constante e nós vemos as diferenças sociais e é basicamente o que nos trazem grandes dificuldades, vendo nós as dificuldades que nós já temos com a população que é nossa, é originária do país, que todos os dias se confronta quando chega aos supermercados com as diferenças dos preços, com as dificuldades na remuneração que recebe no fim do mês, com a exiguidade do dinheiro para pagar as contas. Se depois e se caímos numa dificuldade de ligação com as pessoas que, entretanto, chegam e vem fazer, que no fundo acabam por competir com



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

as pessoas que estão cá, isto não tem nada de contra ninguém e é uma coisa, são de um facto. As pessoas, nós tínhamos dificuldade de mão de obra, neste momento não temos, ainda bem, mas também temos que criar condições para que essas pessoas se integrem e que não haja uma disparidade tão grande, como aquela que nós vemos passar por outras situações de outros países. Eu não estou muito preocupado com aquilo que se passa nos outros lados, estou preocupado com aquilo que se passa cá e acho que nós cá podemos dar uma resposta, até porque temos, penso eu, estruturalmente o bom princípio para responder a essas coisas. Talvez esteja na altura de nós começarmos a pensar já, com algum tempo de antecedência, naquilo que nos pode acontecer daqui a uns tempos, portanto, a nível social, como até a nível pessoal e físico, porque depois isto, as pessoas têm dificuldades, muitas vezes acontecem coisas que nós vemos acontecer por outros países e que nós não queremos que aconteçam cá. Era só. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

Muito obrigado Senhor Deputado. Senhor Presidente tem a palavra. -----

----- **Senhora Presidente da Câmara Municipal:** -----

----- Isto parece um contrassenso. É nós queixarmo-nos que temos pouca gente, menos habitantes, menos natalidade e, de repente, já estamos preocupados efetivamente porque temos um acréscimo de população, que não fala a mesma língua, que têm culturas diferentes e pronto, e a dificuldade é perceber se são eles que se adaptam à nossa cultura se somos nós que nos temos que adaptar a eles. Porque, pronto, o Senhor diz na rua, mas nós ligarmos a televisão o Senhor já vê os jornalistas e os novos entrevistadores também já falam outra língua, um português diferente, portanto, isto hoje já começa a ser comum. Na realidade aquilo que nós nos vamos apercebendo e os Senhores Presidente de Junta também, porque eles vão pedir os atestados de residência, nós apercebemo-nos dos que chegam, nós não nos conseguimos aperceber é daqueles que saem, porque eles chegam e vão embora. Eu já disse isto na última assembleia todos os dias eu assino não sei quantos contratos de água, eu dizia assim estamos aqui com volume significativo de pessoas, mas há dias fui ver e afinal tanto assim, porque há esta entrada e saída, ou seja, eles vem aqui se calhar legalizam-se e coisa e tal e começam a olhar se calhar vou melhor para ali e de repente já foram embora, não é. Agora, na verdade, temos um incremento de pessoas e de jovens no nosso Concelho e isso nota-se sobretudo nas escolas, porque, de facto, nós tivemos um incremento nas escolas, com um aumento do número de alunos nas salas de aula, com um aumento do número de alunos, nomeadamente, nas refeições, nas AECS. Ainda hoje de manhã na reunião de Câmara aprovamos os procedimentos para lançar novamente para o próximo ano letivo com um aumento de valor relativamente ao ano teria anterior, porque efetivamente chegamos ao final do ano letivo e registámos que houve um aumento do número de alunos no nosso Agrupamento de Escolas. De facto, esse registo há, dizer que já não há falta de mão de obra não é verdade, ela continua a escassear, nomeadamente em determinadas áreas e nós sentimos isso, nomeadamente da Câmara Municipal em determinados concursos que abrimos, nomeadamente para os serviços externos e pronto e as empresas continuam na mesma a queixar-se de falta de mão de obra,



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

mão de obra qualificada para determinada área, portanto, continuam, de facto, a não haver resposta. De resto, as pessoas que chegam, no fundo, desde que cumpram os requisitos, seja dos apoios sociais que nós temos ou daqueles que o Estado dá, eles vão ter os mesmos direitos que os outros que cá estão, portanto, aqui não há nada a fazer, portanto, são cidadãos deste Concelho, desde que cumpram aquele requisito. desde que estejam cá há mais de não sei quanto tempo, etcetera, portanto, levam com s mesmos direitos. Se isto vai dar para toda a gente? Vamos ver até quando é que isto vai dar. Todas as pessoas que vierem e, obviamente, acrescentarem mão de obra nosso Concelho ou serem, enfim, mais desenvolvimento para o nosso Concelho, obviamente que são todos bem-vindos. Sobretudo quando as coisas correm bem e é esse o nosso desejo, a nossa esperança e, portanto, somos positivos a pensar que, efetivamente, o futuro trará efetivamente melhores dias. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado Senhora Presidente, dou a palavra ao Senhor Deputado Rui Bastos. -----

----- **Senhor Deputado Municipal Rui Bastos, do PCP:** -----

----- Obrigado Senhor Presidente, acrescentar aqui um complemento às observações da Senhora Presidente relativamente à água e dizer que efetivamente esse investimento é reconhecido como foi referido, aliás, desde dois mil e dezassete tem ascendido quase a quatro milhões de euros, mas, no entanto, não podemos estar indiferentes que os resultados obtidos a nível das perdas, não estou a falar de água não faturada porque isso envolve outras situações, não têm sido por aí além. À exceção realmente nesta transição de dois mil e vinte para dois mil e vinte e um, onde nunca se registou uma melhoria tão grande, ou seja, estamos a falar de cinquenta e sete litros por ramal dia. É evidente que quando se faz um investimento deste âmbito, atendendo este valor que Anadia apresenta mesmo dentro dos Municípios em que têm a densidade ramais idêntica ou que estejam inseridos numa área predominantemente rural como o nosso Concelho, todo este investimento, esta gestão carece de um plano, não é? E, no fundo, apresentar-se objetivos que se pretendam atingir, não só aquela iniciativa de reduzir por reduzir, porque efetivamente estamos aqui a ter resultados e olhando para isto, se calhar poderiam dizer, então podemos estar descansados, o que não é verdade, porque ainda estamos muito longe, penso eu, do objetivo que que pretende atingir. E a minha pergunta foi nesse sentido, no prazo de tempo que que a Senhora Presidente entender considerar ou considerou, realmente estamos aqui a falar que objetivos é que pretende atingir com os investimentos já feitos e com aqueles que hão de vir a fazer, porque isto também não é uma coisa que nasça de um dia para o outro ou tenham resultados de um dia para o outro. Mas realmente os resultados já se estão a observar, só que estão ainda muito longe do que aquilo que será o ideal perante o recurso tão vital como é a água. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado Senhor Deputado. A Senhora Presidente tem alguma coisa a acrescentar? -

----- **Senhora Presidente da Câmara Municipal:** -----

----- Só dizer Senhor Deputado que eu sei bem separar as coisas, eu sei o que é a parte



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

financeira e todos os benefícios que nós damos aos consumidores quando têm ruturas de água, e isso representa efetivamente benefício para os clientes e prejuízo para o Município, mas isso é uma questão financeira. Agora quando estamos a falar em perdas obviamente que estamos a pensar exatamente em litros de água, em perdas de água e é isso que nos preocupa. Perdas e obviamente qualidade da água. Portanto, vamos separar as coisas e tenho bem essa noção, não tem nada a ver uma coisa com outra, até porque umas são ruturas particulares e as outras são ruturas na rede pública e, portanto, são coisas completamente distintas. Agora vou-lhe dizer que os meus colegas que estão no outro do sistema, também quando foram para esse sistema tinham um plano traçado de investimentos e o maior desgosto deles é que eles hoje têm tarifas mais elevadas e ainda não têm os investimentos todos feitos. E essa é a maior frustração, é uma das grandes prestações, obviamente, à parte de terem de pagar tarifas mais elevadas. E, portanto, como também o Município tem que gerir o seu orçamento e trabalhar em diversas frentes, obviamente que também em função da nossa disponibilidade, dando prioridade a algo que para nós nos é caro, que é esta questão da água e do serviço público que prestamos e que queremos obviamente continuar a prestar e a preservar. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado Senhora Presidente. Não havendo mais inscrições para as intervenções dos Senhores Deputados no ponto dois do Período de Antes da Ordem Dia, entramos no **Período da Ordem do Dia** que o **ponto um: apreciação da informação da Senhora Presidente da Câmara sobre a atividade da Câmara Municipal, de acordo com o estabelecido na alínea c) do número dois do artigo terceiro do RAMA.** Senhora Presidente quer informar alguma coisa? -----

----- **Senhora Presidente da Câmara Municipal:** -----

----- O essencial Senhor Presidente, se permite, está referido nesse documento e digo pelo menos aquilo que está aí dito, as ações mais relevantes da atividade da Câmara Municipal, se calhar muito mais haveria a dizer, mas, pelo menos, damos ênfase às situações ou à atividade que nos dá cada setor evidencia como e que nos parece mais relevante e, portanto, se houver qualquer questão, obviamente, cá estarei para responder. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito Obrigado Senhora Presidente. Faz favor, Senhor Presidente de Junta Artur Salvador, faz favor. -----

----- **Senhor Deputado Municipal e Presidente da Junta de Freguesia de Sangalhos Artur Salvador, do Grupo Municipal do PPD/PSD:** -----

----- Muito obrigado Senhor Presidente, apenas uma questão que tem a ver com aqui com o segmento de educação, no que é referido sobre as salas de ensino estruturado. Portanto, há aqui três escolas que, no fundo, têm aqui um procedimento tendente, creio, à implementação da ideia e até porque desconhecia que isto estivesse a passar também em Sangalhos e é um conceito que acompanhamos com grande proximidade, até porque é uma carência que nós encontramos no público jovem escolar, do Centro Escolar, portanto, perceber um bocadinho



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

esta sala já está disponível, vai estar disponível no próximo ano, onde é que se vai materializar e também percebendo que o Centro Escolar de Sangalhos, por exemplo, começa a ter o seu espaço um bocadinho ocupado e, portanto, que sala é esta e como é que funciona, portanto, esta questão? Obrigado. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Obrigado Senhor Presidente, faz favor. -----

----- **Senhora Presidente da Câmara Municipal:** -----

----- Senhor Presidente às vezes podem escapar algumas coisas, eu ainda ontem estive no sarau e vi lá um coro do Centro Escolar de Sangalhos a atuar e disseram e têm o patrocínio da Junta de Freguesia de Sangalhos e eu não sabia e é o da escola, portanto, às vezes falham-nos estas informações, apenas um à parte. -----

----- Sobre esta questão do ensino estruturado, pronto, isto resulta de uma preocupação e da pressão que tem existido do Agrupamento, dos encarregados de educação, das auxiliares, das professoras, etcetera, porque, na verdade, também já existia no passado e com este incremento do número de alunos aquilo que se verifica é que, de facto, no nosso Concelho já existe o número elevado de crianças com necessidades educativas especiais e, de facto, quanto maior for a dispersão, pelas várias escolas do Concelho, mais difícil é uma resposta mais eficaz, sobretudo pela equipa multidisciplinar que tem que se deslocar por não sei quantas escolas do Concelho, para além, obviamente, do atendimento, da preocupação que é necessária ter não só com essas crianças que têm que ter, enfim, um apoio especial, mas também com as outras que, no fundo, muitas vezes ficam desprotegidas, porque é preciso dar atenção aos outros e, por vezes, ficam as outras sem qualquer apoio. E, portanto, nesse sentido reunimos com o Agrupamento de Escolas e definimos que para o próximo ano letivo tínhamos que definir aqui as escolas e salas onde funcionassem estas unidades de ensino estruturado, como agora se diz e, portanto, para além do Agrupamento de Escolas sede e do Centro Escolar de Arcos onde já funcionam e para haver uma distribuição pelo Concelho, portanto, ficou determinado, depois de também de em secretária termos falar do assunto, mas depois foram o terreno verificarem as condições, portanto, depois ficou determinado então e foram essas propostas que foram enviadas pelo Agrupamento de Escolas para a DGESTE, em que funcionaria uma sala em Sangalhos, no Centro Escolar de Sangalhos, uma sala no Centro Escolar de Paredes do Bairro e uma sala no Centro Escolar de Avelãs. Daí que os próprios, portanto, foi feita pelo Agrupamento essa comunicação à DGESTE e, entretanto, porque o tempo urge, as matrículas estavam a acontecer. O próprio Agrupamento acabou por dar indicação no processo e na informação aos encarregados de educação, que todos aqueles que tivessem filhos com essas necessidades educativas, portanto, deviam ser encaminhadas, encaminhados para esses Centros Escolares que teriam essas unidades e, paralelamente, fomos também trabalhando na aquisição do respetivo equipamento, porque essas salas têm que ter um equipamento próprio, não é, que tem que estar na sala de aula, portanto, para além daquilo que já poderia estar disponível no próprio Centro Escolar, portanto, adquirido o material que é necessário para que essa sala



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

esteja devidamente equiparada, para que depois as unidades, a equipa multidisciplinar, portanto, possa fazer esse trabalho. Por outro lado, e isso também é uma das razões de um ponto que está aqui a seguir, porque temos bolsa de recrutamento também, temos que afetar operacionais em exclusivo a essas unidades de ensino estrutural. Daquilo que sabemos a data de hoje é que efetivamente temos crianças para Sangalhos, temos crianças para Avelãs de Cima, não teremos para Paredes do Bairro, mas provavelmente ficará a funcionar na EB dois, três de Vilarinho do Bairro, portanto, e, neste momento, é esse trabalho que está a ser feito de maneira que a partir do dia um de setembro tudo esteja operacional para que essas unidades possam funcionar e, na verdade, mesmo assim uma equipa não é nada para cinco salas de unidades de ensino estruturado, mesmo assim, depois estes alunos ainda têm outro apoio e não ficam em exclusivo nessas salas, atenção estes alunos vão à sala de aula também não é, e, portanto, estão em sala de aula e depois saem da sala e vão ter esse apoio especial. É pouco, mas pelo menos, temos que fazer este caminho e também educar os pais, porque, na verdade, noutrora, quando uma destas crianças tinha estes problemas, eles ligavam para a DGEST a fazer uma comunicação e a DGEST dizia ok, põe-se lá uma tarefeira, e isso acabou, não há tarefeiras, não há operacionais em exclusividade para cada menino ou para cada escola, portanto, foi a alternativa que encontrámos e de forma a que essa equipa multidisciplinar também possa fazer um melhor trabalho e essas crianças tenham melhor acompanhamento e, portanto, daí a razão de estarem em Sangalhos com conhecimento do Coordenador do Centro Escolar, obviamente, e da Direção do Agrupamento de Escolas. Terminei Senhor Presidente. ----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado Senhora Presidente, dou a palavra à Senhora deputada Sandra Queiroz, faz favor. -----

----- **Senhora Deputada Municipal Sandra Queiroz, do Grupo Municipal do MIAP:** -----

----- Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia, Excelentíssimos Secretários, Excelentíssima Presidente de Câmara, todo o Executivo, aos Senhores Deputados, inclusivamente Presidentes de Junta e de Uniões de Freguesia, à comunicação social, a todos os presentes e a todos aqueles que assistem via online a esta assembleia, os meus cumprimentos.

----- Eu trago aqui dois breves pontos, no ponto número um eu pretendo colocar uma questão e depois, em seguida, parabenizar o Município. Relativamente ao primeiro ponto eu pretendo colocar então a questão dirigida à Senhora Presidente de Câmara, que se prende com a campanha de esterilização e identificação de animais de companhia, que teve o seu termo no final do mês de abril e gostaria de tomar conhecimento do feedback desta campanha, como é que decorreu todo o processo e se houve um aumento ou diminuição do número de candidaturas relativamente ao ano anterior? Quanto ao segundo ponto e lembrando que no ano transato o Município aderiu à rede Nacional de Municípios Amigos da Juventude, tendo também por esse motivo assumido o compromisso de implementar políticas de juventude na sua ação governativa, obrigando-se a defender assim os interesses e as necessidades dos jovens, bem como a afirmar e valorizar o associativismo juvenil. Foi então para mim com



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

entusiasmo que recebi a informação de que não posso deixar de dar nota aqui nesta assembleia, de que o Município de Anadia no passado mês de maio foi distinguido com a atribuição oficial da bandeira e também do selo de Município Amigo da Juventude. Esta distinção reconhece sem dúvida a atividade desenvolvida, as estratégias também adotadas e as políticas já implementadas na defesa dos jovens e das organizações em que se inserem e, portanto, Anadia está a percorrer um bom caminho também em matéria de juventude. É evidente que a entrega deste galardão que certamente a todos apraz, também envolve uma maior responsabilidade e exigência ao Município, mas estou certa que se irá superar ainda mais no decorrer do mandato, através de um trabalho contínuo e profícuo com a adoção de boas práticas, criação, gestão e execução de um maior número de políticas de juventude que só visará reforçar a concretização de mais direitos e também a criação de novas oportunidades para os jovens anadienses e é isto, obrigado. -----

----- Senhor Presidente da Assembleia Municipal: -----

----- Muito obrigado Senhora deputada, dou palavra à Senhora Presidente para responder ao ponto solicitado. -----

----- Senhora Presidente da Câmara Municipal: -----

----- Relativamente à campanha de esterilização, esta é a segunda campanha de esterilização que promovemos a expensas do Município, portanto, assumida na íntegra pelo Município. Não temos ainda o apuramento final. Tivemos mais uma clínica, portanto, a estar connosco, portanto, daí que possa adiantar que efetivamente tivemos um aumento de clientes. Eu sei que uma das clínicas não fechou o número total, pronto, que estava previsto para aquela clínica, mas tivemos mais um e, portanto, daí dizer já antecipadamente que foi bem-sucedida, porque, de facto, as pessoas aproveitaram a oportunidade e, pronto, estamos no apuramento desses números. Portanto, quanto maior for o número de animais que conseguimos esterilizar melhor, porque não há capacidade para recolha de tanto tantos animais. Estamos a concluir a ampliação do CROAC que em termos de edificação está feito, falta apenas as ligações de água e de eletricidade para que o empreiteiro nos seja entregue a obra do segundo bloco e de segunda ampliação. Mas logicamente que diariamente são inúmeras as solicitações e não há capacidade efetivamente para recolher tantos animais, acolher e manter, porque as adoções não são assim tão frequentes quanto o desejável e até porque o animal hoje, nos dias de hoje, as pessoas também têm dificuldades e, portanto, manter um animal também tem custos, levá-lo ao veterinário e tratar também tem custos e logicamente que, enfim, não há, não tem havido aquela disponibilidade como nós gostaríamos que acontecesse, de maneira que houvesse a rotatividade dos animais e, portanto, dando espaço para outros. Portanto, nesse sentido as campanhas são bem-vindas logicamente e houve boa adesão e, nomeadamente, as pessoas também com menos posses têm esta possibilidade também de aderir a esta campanha e, portanto, terem os seus animais com melhores condições e também aproveitando para ter o chip, que nesta campanha também além da esterilização se aproveita para colocar também chip e identificação no próprio animal e, portanto, termos depois também capacidade para a



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

identificação, caso eles sejam encontrados em outro contexto. -----

----- Quanto à rede dos o Municípios Amigos da Juventude, é evidente que nós integramos pela primeira vez, ficamos honrados e satisfeitos pela atribuição deste galardão. Pronto, por todo o trabalho que tem vindo a ser feito e, obviamente, contando também com o apoio e a participação dos membros do Conselho Municipal da Juventude e, obviamente, com todo o trabalho que temos vindo a fazer no sentido de termos políticas para os nossos jovens. E a este propósito às vezes realmente não é fácil, não é só construir as infraestruturas, é preciso criar iniciativas e não pode ser só festas e só desporto e, enfim, e outras coisas que os nossos jovens gostam, mas também, nomeadamente, a questão e até as políticas de habitação, o cartão Anadia Jovem e por aí fora, mas também, por exemplo, o concurso de jovens empreendedores que está aberto até ao final deste mês, precisamente para os jovens empreendedores e, pronto, para já não vemos, pode ser que até ao último dia surjam candidaturas, mas não é esse para já aquilo que verificamos e, portanto, às vezes também os nossos jovens fica um bocadinho ausentes e, portanto, vamos intensificar, obviamente, esta informação, mas também é bom que vocês passem essa palavra, porque vamos fazendo as coisas mas depois não há efetivamente a adesão dos nossos jovens e esta também é uma oportunidade para eles poderem participar, entre outras mais. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado Senhora Presidente, dou a palavra a Senhora deputada Marta Duarte. -----

----- **Senhora Deputada Municipal Marta Duarte, do Grupo Municipal do PS:** -----

----- Muito boa tarde. Cumprimento todos os aqui presentes e também quem nos acompanha via online. -----

----- Temos aqui algumas dúvidas e questões para colocar aqui à Senhora Presidente e referem-se à relação de processos judiciais pendentes. Desta relação de processos judiciais pendentes, resulta dos processos identificados em um, dois, oito e onze, que o Município terá tido decisões a si desfavoráveis em primeira instância, o que nos preocupa sobretudo porque poderão estar em causa decisões desfavoráveis ao Município no que respeita ao cumprimento de regras de cariz ambiental e urbanístico. Quanto aos processos identificados nos pontos dezassete e dezoito dá para perceber que são processos instaurados em dois mil e vinte e três. Assim, gostaríamos que fosse esclarecido quanto ao processo identificado no ponto dezassete, se este vai ter algum efeito no andamento da empreitada de estratégia local relativa à construção de dezasseis fogos no loteamento da Quinta do Rangel? E quanto ao processo identificado no ponto dezoito, se este vai ter algum efeito no andamento da empreitada de adaptação da antiga Escola Secundária de Anadia para alojamento estudantil? Gostaríamos também de perceber porque é que nem todos os processos têm identificado o seu objeto nem seu pedido? Os exemplos em que isso não acontece, são os processos identificados nos pontos. um, dois, três, seis, oito, nove e dez. E é só muito obrigada. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado Senhora deputada. Senhora Presidente queira esclarecer. -----



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- **Senhora Presidente da Câmara Municipal:** -----

----- Eu posso esclarecer, olhe é assim e, em resumo é isto, os processos, um, dois, seis, oito, em que a autora é a Quercus, é mais do mesmo é sempre sobre as mesmas situações e, portanto, são as zonas industriais e é aquilo que temos, portanto, são processos que têm aqui muitos anos. E, pronto, e ora se ganha, e depois apresentam recurso, mas é aquilo que temos, os tribunais estão lá para isso mesmo e, portanto, a Quercus não paga custas e, pronto, e vamos andando aqui entretidos nestes processos, mas nós temos pagar pelo menos ao advogado, pelo menos, para a defesa. E, portanto, basicamente resume-se a isso, andando entretidos com estes recursos e depois o Tribunal do Norte decide uma coisa e depois vai para outro tribunal que diz mas melhor é rever, e pronto, e basicamente tem a ver com essas situações, portanto, e poderá ver aí Plano de Pormenor da Zona Industrial de Amoreira da Gândara, o seis também tem a ver com a mesma situação e se não é de Amoreira da Gândara é do Paraimo. Este Deusdeante & Rufino igualmente também da zona industrial, Soestores a mesma coisa, ainda dos primeiros, esta gente já nem existe, portanto, este nome já não existe há anos, mas foi assim que apareceu o nome do processo e ele continua aqui a arrastar-se. Em concreto o processo dezassete e dezoito tem a ver com os concursos públicos para a construção da Estratégia Local de Habitação e o ponto dezoito, portanto, tem a ver com o alojamento estudantil. A empresa, a autora, portanto, concorreu, não ficou classificada em primeiro lugar e, portanto, em audiência prévia pronunciou-se, o júri analisou as razões daqui da empresa, não dando provimento, foi feito o relatório final foi adjudicado e a empresa entendeu por bem seguir com o processo para o contencioso. Entretanto já foram instauradas as medidas provisórias, vocês é que são da área de Direito e, portanto, é assim em ambas as situações, portanto, está tudo resolvido e, portanto, vamos continuar com a empreitada e, portanto, neste momento, nada mais à a ver e, portanto, já estamos na fase da ação e, portanto, vamos ver o que é que resulta da ação. Razões para esta empresa as razões prendem-se com a questão da apresentação do plano de trabalhos, em que o artigo tal do CCP diz que deve ser feito daquela maneira, o nosso caderno de encargos diz ao abrigo do dado artigo tal do CCP. E, portanto, como eles andam noutros concursos e são excluídos doutros concursos, depois entendem que aqui também devia ser a mesma coisa, mas no que toca a esta empresa e a outros se déssemos razão a este, com certeza que quem ficou em primeiro lugar, logicamente, também iria depois também avançar porque, logicamente, não queria ver-se preterido, portanto, isto era um processo que ainda em termos dos concursos públicos têm destas coisas e, portanto, seguimos caminho e como disse, quer da parte na questão duma e doutra situação que tiveram visto do Tribunal de Contas, tiveram o visto não, até foi dispensado o visto de Tribunal de Contas, embora os processos foram na mesma para o Tribunal de Contas pela razão que eles são apoiados pelo PRR e, logicamente, estão dispensados desse ato de despacho do Tribunal de Contas, mas isso foi dito por eles e, portanto, nós não deixámos de os enviar. E, portanto, com a situação também das ditas medidas provisórias, portanto, também está resolvido e, portanto, seguimos em frente e, portanto, já estamos noutra fase. -----



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado Senhora Presidente, dou a palavra ao Senhor Deputado Rui Bastos. -----

----- **Senhor Deputado Municipal Rui Bastos, do PCP:** -----

----- Obrigado Senhor Presidente, eu retomava à questão das unidades de ensino, uma vez que ouvi aqui falar em Vilarinho do Bairro que seria considerado de vir a funcionar no próximo ano letivo, se não estou em erro e daí solicitava então uma informação adicional, perguntando-lhe que uma vez que estas salas tendem a necessitar de requisitos específicos, nomeadamente, o equipamento que falou, a aquisição de equipamento, mas também o caso do acesso a uma casa de banho ou água corrente não é que podem vir a ser necessário, perguntava-lhe se do levantamento que diz que referiu que foi feito se daí resultou que não há necessidade de proceder a obras ou se houver essa necessidade, se pretende realizá-las antes do início do próximo ano letivo? Obrigado. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Obrigado Senhor Deputado, quer informar Senhora Presidente? -----

----- **Senhora Presidente da Câmara Municipal:** -----

----- Essa avaliação foi feita, aliás, em primeiro lugar estava apontado mesmo Vilarinho do Bairro, depois entendeu-se que, se calhar, seria melhor Paredes do Bairro, mas, de facto, não há alunos inscritos, matriculados e, portanto, daí a opção de voltar para Vilarinho do Bairro. Essa avaliação foi feita por um dos elementos, portanto, do Agrupamento de Escolas, também por os nossos técnicos e, portanto, em função dos requisitos que são colocados entenderam que havia condições para tal e, portanto, a única coisa que iremos fazer ou que estamos a fazer é a aquisição de equipamento, portanto, e o recrutamento de pessoal para afetar a essas salas. ----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado Senhora Presidente. Muito obrigado. Não havendo mais intervenções passaremos então à análise, **apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara Municipal da atualização da Estratégia Local de Habitação do Município de Anadia**, pelo que, desde já, estou à vossa disposição, não há intervenções afinal há ligeiramente tardio, mas ainda estava a fechar o anterior, portanto, faz favor Senhor Deputado Rui Bastos. -----

----- **Senhora Presidente da Câmara Municipal:** -----

----- Senhor Presidente da Assembleia vai-me desculpar. Acho que estamos no ponto dois correto? Eu não sei se é oportuno ou não antes de dar a palavra ou depois, tenho aqui o Doutor Hugo para fazer uma breve apresentação, e prestar informação relativamente a este ponto, se entender que será depois tudo bem. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Eu vou decidir com certeza. O Senhor está inscrito neste ponto para primeiro interveniente, no entanto, apesar de ser uns microssegundos a destempo, a Senhora Presidente, portanto, acha não, propõe que haja uma apresentação deste ponto de uma forma mais abalizada e daí eu dizer, faz favor Senhora Presidente convide o técnico Doutor Hugo. -----

----- **Senhora Presidente da Câmara Municipal:** -----



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Hugo faça favor. -----

----- **Senhor Dr. Hugo Fonseca:** -----

----- Fazer aqui uma breve apresentação sobre o trabalho que foi realizado para fazer a atualização da Estratégia Local de Habitação, fazer aqui um breve enquadramento sobre como é que aparece a Estratégia Local de Habitação. Em dois mil e dezoito o Governo aprovou uma resolução de Conselho de Ministros intitulada nova geração de políticas de habitação, que era muito tinha como os objetivos, no fundo, a promover o parque público de habitação e também dar alguma importância à reabilitação urbana, ou seja, em vez de ser a exceção passar a ser regra e na sequência da aprovação dessa redução do Conselho de Ministros começa a sair um conjunto de diplomas legais, um deles o primeiro direito, programa de apoio ao acesso à habitação, foi aprovado por este decreto-lei trinta e sete barra dois mil e dezoito e que visava, no fundo, a criação de soluções habitacionais para as pessoas que viviam em situação habitacional indigna e que não tinha um fundo de posse financeira para suportar o custo de acesso a uma habitação adequada. Este diploma indicava que para quem quisesse aceder, no fundo, aquele programa de apoio teria que elaborar uma estratégia local de habitação e essa estratégia local de habitação teria obrigatoriamente que identificar as carências habitacionais existentes num determinado Concelho e indicar também quais é que seriam as soluções para mitigar essas carências habitacionais. -----

----- E foi isso que nós fizemos aqui Anadia, foi um processo que iniciou-se no ano de dois mil e vinte, logo ali no início da pandemia. Começou-se com esse processo de elaboração e depois foi aprovado o documento pela Assembleia Municipal em fevereiro de dois mil e vinte e um. Relativamente ao que é que é, no fundo, isto das condições habitacionais indignas, o primeiro direito tipifica em quatro tipos, precariedade, insalubridade e insegurança, sobrelocação e inadequação. -----

----- Eu trago aqui uns exemplos cada um destes tipos. Precariedade são aquelas situações relacionadas com pessoas os sem-abrigo, situações de violência doméstica ou situações de pessoas que não conseguem suportarem, no fundo, o custo da habitação e estão numa situação de despejo ou de insolvência pessoal e tem que sair, no fundo, do local onde residem. Também temos aqui situações de pessoas que vivem numa casa emprestada é uma situação de precariedade. As situações relacionadas com insalubridade e insegurança são aquelas mais comuns que existem, no fundo, os problemas e as patologias que temos nos edifícios que não, no fundo, dignidade às pessoas, as pessoas que lá vivem não vivem em condições dignas e, por isso mesmo, tenho aqui quatro situações identificadas. As situações relacionadas com a sobrelocação, temos aqui alguns exemplos, no fundo, os compartimentos de uma determinada habitação não são suficientes para o número de pessoas que estão ali a habitar. Finalmente, as situações de inadequação quando a habitação não responde às necessidades específicas das pessoas que nela habitam e, neste caso, é muito direcionada para as pessoas que têm problemas de deficiência motora ou invisuais, no fundo, é este tipo de situações que estão nas condições habitacionais indignas de inadequação. Outra componente importante, no



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

fundo, deste programa do primeiro direito é a questão da carência financeira, ou seja, só podem enquadrar-se neste programa os agregados que têm um rendimento médio mensal quatro vezes inferior ao indexante de apoios sociais. Mesmo assim é um valor bastante elevado, ou seja, mil novecentos e vinte e um euros por mês o rendimento do agregado, esse agregado se viver em situação indigna, pode no fundo, candidatar-se a este programa e também não pode ter um património imobiliário superior a sessenta vezes o indexante de apoios sociais. Quem se pode candidatar, no fundo, nós em Anadia temos identificadas estas duas situações, os beneficiários diretos, no fundo, são os proprietários das habitações que não satisfazem as condições ou as necessidades habitacionais e também as entidades públicas, neste caso o Município que promove soluções habitacionais para os agregados de pessoas que vivem em condição habitacional indigna e que, no fundo, não são proprietários de uma habitação e precisam de uma habitação. -----

----- E as condições de acesso eu só quero reforçar aqui que é muito importante o agregado familiar ou o indivíduo têm que estar sinalizado na estratégia local de habitação, se não estiver sinalizado na estratégia local de habitação não pode, no fundo, candidatar-se ao primeiro direito. E foi também muito por este motivo que nós fizemos esta atualização da estratégia local de habitação. Esta atualização está apenas direcionada para os números a que se chama os números da estratégia. No fundo, são os casos de agregados e pessoas que vivem em situação indigna no Concelho de Anadia, nós fizemos este levantamento recorde durante foi em maio de dois mil e vinte, a pandemia tinha acabado começar, o contexto desde aquela data até hoje já mudou substancialmente. Ainda recentemente também tivemos a crise relacionada com a guerra na Ucrânia e tudo isto a gente sabe que os números que tínhamos identificado naquela altura já não são os números que existem hoje e por esse motivo foi feita esta proposta de fazer uma atualização dos números da estratégia. Em dois mil e vinte e um tínhamos no Concelho identificados oitenta e três agregados a viver em situação indigna. No fundo, destes oitenta e três distribuíam-se pela tipologia de insalubridade e insegurança, precariedade e inadequação, naquela data não foi identificado nenhuma situação de um agregado a viver em sobrelotação e com base naqueles números as soluções habitacionais tinham sido definidas era o Município de Anadia estava incumbido de construir trinta e três fogos e os beneficiários diretos, ou seja, os proprietários das casas que não reúnem condições, poderiam promover obras de reabilitação. O Município de Anadia já iniciou, no fundo, destes trinta e três fogos já iniciou processo de construção de dezasseis fogos, que está neste momento, está no terreno, no loteamento da Quinta dos Rangel em Ancas. -----

----- E agora os números da atualização, esta atualização como é que nós fizemos, solicitamos, no fundo, à Rede Social de Anadia para nos ajudar a identificar as situações que tinham conhecimento que se enquadravam, no fundo, naquelas tipologias das carências habitacionais. Foi um trabalho feito pelas Juntas de Freguesia, IPSS, Segurança Social, GNR, uma série de entidades que trabalham na área social e que têm conhecimento no terreno de diversas situações. Trouxeram-nos esses números e o que nós fizemos foi fazer, no fundo, uma análise



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

daqueles dados, tratar a informação e então agora em maio de dois mil e vinte e três, já estamos em junho, mas este levantamento terminou em maio. É esta a realidade que temos no Concelho é lógico que pode haver sempre aqui mais um agregado ou menos um agregado. É natural que possa sempre alguém ter ficado de fora, mas estes os números que aquelas entidades identificaram. Cento e seis agregados familiares, correspondem a duzentos e vinte cinco indivíduos e, mais uma vez, a situação de insalubridade e insegurança é aquela que tem mais casos. Depois a precariedade, inadequação e também já temos situações de sobrelotação sinalizadas. Com base nestes números as soluções habitacionais que estamos aqui a apontar passa pela construção de trinta e sete fogos e a reabilitação de imóveis, a reabilitação de imóveis tem que dar resposta para quinze agregados familiares e, no fundo, no total o Município de Anadia responsabiliza-se para arranjar solução para cinquenta e dois agregados familiares e os beneficiários diretos têm, no fundo, foram sinalizadas quarenta e quatro situações e têm a oportunidade de promover a reabilitação do imóvel. São quarenta e quatro situações. A estimativa de investimento também foi, no fundo, atualizada relativamente àquilo que tinha sido aprovado em dois mil e vinte e um e tivemos muito em conta, no fundo, os valores que já foram praticados agora na empreitada que está a decorrer em Ancas e temos um custo por metro quadrado estimado de mil duzentos e sessenta euros, no fundo, temos aqui para o Município de Anadia uma estimativa de investimento de cinco milhões, cento e oitenta e um oitocentos e vinte euros e da parte dos privados, os beneficiários diretos, uma estimativa de investimento para as obras da reabilitação de três milhões setecentos e cinco e seiscentos e dez euros. Pronto e no fundo, foi este o trabalho que foi feito, o que está no documento e, no fundo, mesmo diz respeito aos números da estratégia, que é isso que é importante nós fazermos a atualização, porque as candidaturas a submeter ao programa primeiro direito têm que estar sempre de acordo com o que está na estratégia local de habitação e se nós não fizéssemos esta atualização nesta data, algumas pessoas que não estavam sinalizadas, poderiam ter que ficar de fora. É tudo. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado Senhor Doutor. Muito obrigado Senhora Presidente. Vou dar então agora a palavra ao Senhor Deputado Rui Bastos, faz favor. -----

----- **Senhor Deputado Municipal Rui Bastos, do PCP:** -----

----- Obrigado Senhor Presidente, dar os parabéns ao Doutor Hugo pela apresentação, pelo trabalho realizado e dar também os parabéns à Senhora Presidente por finalmente ter levado a cabo esta sinalização dos problemas com habitação indigna no nosso Concelho, porque assim conseguimos ter realmente e como se veio a verificar um retrato mais fidedigno. Podemos aqui observar que realmente os trinta e três casos urgentes passaram a cinquenta e dois, se não estou em erro, vimos que o investimento passou realmente para um valor mais do dobro, mas isto levanta aqui algumas dúvidas, porque é referido que as soluções habitacionais a promover pela Câmara Municipal, serão orientadas para construção de novos fogos e reabilitação de imóveis municipais. Por isso as minhas três questões são a primeira é quais? Se já está



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

previsto, no fundo, essa estratégia, porque isto sabemos que é um processo moroso com concursos, definição dos projetos, etcetera, se já está se ainda vamos decidir para onde é que vamos, isto vai atrasar mais um bocado como deve compreender. A segunda questão é nós sabemos que o PRR, se não me engano também estará inserido nesta questão, obriga, salvo seja, a construção até dois mil e vinte seis, é certo que nós tivemos aqui uma melhoria até face aos documentos previsionais que foram apresentados relativamente a dois mil e vinte e três, que previa uma construção até dois mil e vinte seis e agora o plano de ação está até dois mil e vinte cinco. Mas o que eu lhe perguntava é no caso de haver algum comprometimento da entrega desses fundos se a Senhora Presidente toma a decisão de mesmo assim avançar, como já teve essa decisão noutras situações em obras do Município e, por fim, relativamente à sinalização que foi feita e sobre uma observação que o Dr. Hugo fez, de que só poderá concorrer ao primeiro direito quem esteja sinalizado por este documento. Assim, todos os processos falham, ninguém é perfeito, eu não sou. E o que lhe perguntava é na eventualidade de aparecer um agregados familiar que seja, que por algum motivo que agora não interessa apurar, não tenha podido ser contemplado nesta sinalização, neste diagnóstico, existe alguma solução para que ele possa, no fundo, estamos a falar da habitação indigna, para que ele possa, no fundo, entrar neste projeto? Obrigado. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Senhora Presidente quer responder? -----

----- **Senhora Presidente da Câmara Municipal:** -----

----- Eu dava para já a palavra ao Doutor Hugo, faça favor. -----

----- **Senhor Dr. Hugo Fonseca:** -----

----- Relativamente a esta questão dos agregados que não estão sinalizados na estratégia e imagine-se que aparece alguém que não está sinalizado, o que o IHRU nos diz atualmente é que eles têm que estar sinalizados, se não estiverem a única opção que há nesta fase é ter que se fazer uma atualização da estratégia, essa, no fundo, a condição a atualização, nós podemos fazer as atualizações que entendermos, fizemos agora e daqui a não sei, ainda algum fenómeno qualquer que determine e vamos ter que fazer rever, porque pareceram aqui muitos agregados ou identificou-se uma situação específica, faz-se uma nova atualização dos números. O que importa é termos estes números, é lógico temos a lista da das pessoas. A candidatura como é que é feita? Nós temos que enviar um ofício aqueles agregados, isso é, no fundo, a prova que eles estão na estratégia dizendo vocês estão identificados na estratégia, podem apresentar a candidatura. É assim que o processo se desenvolve. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado Senhor Doutor, a Senhora Presidente continua a ter o privilégio de esclarecer. -----

----- **Senhora Presidente da Câmara Municipal:** -----

----- O Doutor Hugo também já referiu, portanto, a estratégia é um documento que é dinâmico, portanto, sujeito a atualização sempre e quando se justificar, obviamente que não



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

será só um caso e também dizer que a questão dos apoios não se esgotam nesta questão do primeiro direito, depende. -----

----- **Senhora Presidente da Câmara Municipal:** -----

----- Obviamente do tipo de intervenção que não deixará nunca o Município de apoiar em função daquilo que estiver em causa, ou seja, para dizer que a questão de uma casa de banho, porque a pessoa ou de repente ficou com alguma pessoa que não com mobilidade reduzida, pronto, por qualquer razão e porque é necessário uma casa de banho ou uma rampa ou até melhorias o telhado, nós temos o regulamento social que nos permite fazer a avaliação, obviamente, das condições socioeconómicas do agregado e, portanto, diretamente do orçamento do Município podermos apoiar, outra coisa que está aqui em causa é a remodelação do imóvel no seu todo. Que não é assim também tão fácil, até porque e isto tem muitas exigências, nomeadamente, no que respeita ao cumprimento das regras da eficiência energética e, portanto, quando as pessoas pensam eu vou ali e mexo no telhado, mas depois é preciso mexer no telhado, é preciso mexer nas janelas, é preciso ter a climatização, é preciso ter isto, ter aquilo e afinal vai gastar muito mais do que aquilo que pensava gastar. Para além que também há muitas pessoas que, efetivamente, não têm muitas vezes nem posses para fazer o projeto, quanto mais depois para o investimento, pronto, mas estamos cá para ajudar, pelo menos nessa fase. Agora não sabemos depois se efetivamente essas pessoas conseguem ter, enfim, o arcaboço necessário para adjudicar efetivamente para as obras serem feitas no cumprimento da regras que o primeiro direito exige, portanto, não é uma coisa tão simples quanto chegar ali fazer uma rampa, porque há aqui uma necessidade de uma questão de mobilidade reduzida ou a casa de banho, ou a substituição do telhado, portanto, exige o cumprimento de outras regras e o mesmo com os projetos novos, a mesma coisa, portanto, há aqui uma série de regras que temos que cumprir, objetivos em função das exigências que a própria estratégia define. E com a reabilitação ainda pior com os certificados energéticos e por aí fora. -----

----- Sobre a questão da localização, estamos a trabalhar em Ancas e estamos a trabalhar noutro local, poderei adiantar o outro local neste momento em que estamos a trabalhar, habitação de raiz é em Sangalhos, ainda não lhe tinha dito Senhor Presidente que não tive oportunidade de lhe, também parecia mal não é? Só hoje é que estamos aqui a aprovar esta situação ou atualização, mas estamos a trabalhar nesse processo, portanto, esperamos acelerar com os projetos para, enfim, rapidamente podermos apresentar a candidatura, mesmo com um estudo prévio e podermos ter aqui um compromisso de financiamento. Se não houver financiamento, obviamente que será um bocadinho mais complicado a expensas da própria Câmara, obviamente, vai depender dos fundos disponíveis e da disponibilidade orçamental que tenha à data, mas a nossa esperança neste momento é que efetivamente possamos ainda alcançar os fundos do PRR, seja para construção nova ou seja para alguma reabilitações, portanto, imóveis que o Município possa disponibilizar para o efeito. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado Senhora Presidente, vou dar a palavra à Senhora Deputada Marta Duarte,



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

faz favor. -----

----- **Senhora Deputada Municipal Marta Duarte, do Grupo Municipal do PS:** -----

----- Muito obrigado. Gostaríamos primeiro aqui de colocar aqui umas questões, penso que serão aqui para o Doutor Hugo. No despacho de vinte cinco do cinco de dois mil e vinte e três consta na página dois que agora foram identificados cento e seis agregados, sinalizados claro, mas depois quando aí se identificou as soluções a criar os agregados aí indicados perfazem apenas noventa e seis, sendo construção de trinta e sete fogos para trinta e sete agregados, mais reabilitação de imóveis municipais para quinze agregados, mais reabilitação de imóveis privados para catorze, para quarenta e quatro agregados, peço desculpa, esta diferença de dez agregados em falta corresponde àqueles que não foi identificado aqui porque possuem imóvel, é uma questão é que, depois do documento diagnóstico na página seis do mesmo consta do mapeamento de agregados familiares em situação de carência habitacional, este mapeamento atual de maio de dois mil e vinte e três são novos agregados a quem a quem não foi identificado esse título de possui imóvel, queremos compreender esta diferença e perceber se algum agregado vai ficar em situação de carência, não vai ser contemplado e, em segundo lugar, queríamos aqui aproveitar estarmos a falar aqui da habitação para dizer seguinte que embora se compreenda que a estratégia local de habitação não seja uma carta da habitação, não podemos deixar de fazer aqui um apelo ao Executivo para a necessidade de criação de soluções para a falta de habitação em geral. O diagnóstico das carências habitacionais aqui da estratégia local de habitação, quer nos até parecer que ficou um pouco aquém, sobretudo no que respeita à sobrelocação de imóveis, até relatada numa das últimas assembleias de Freguesia, peço desculpa, numa das últimas assembleias municipais pelo Senhor Presidente de Junta da União de Freguesias de Arcos e Mogofores relativamente aos cidadãos estrangeiros que se encontram a residir no Município. Queríamos também alertar que é preciso um diagnóstico das necessidades do Concelho no geral no que respeita à habitação e que se podia ter aproveitado para se ir mais além. E para se fazer um diagnóstico também no que respeita à falta de habitação para a classe média para a área do Concelho. Dizendo também que não serão as sucessivas hastas públicas da varanda do parque que irão resolver o problema da habitação no Concelho. Não podemos atirar este problema para o Governo, foi aqui referido o exemplo das imóveis do Estado que estarão degradados, mas também foi o liceu de Anadia também foi adquirido e também não foi para habitação propriamente dita, portanto, entendemos que o Município não se pode descartar das responsabilidades que tem e é o Executivo que melhor conhece as carências e necessidades do Concelho e que poderá atuar no sentido de se procurar reduzir esta situação. O PS apresentou no seu programa um grupo de medidas para atenuar os problemas de habitação no Concelho. Passavam por apoios fiscais e financeiros ao investimento na habitação e reabilitação, à agilização do PDM com o alargamento das zonas de construção e pela aplicação das medidas da Quinta do Rangel noutras Freguesias. Portanto, nós vamos votar favoravelmente este ponto, mas deixamos aqui um alerta para que se deve ir mais além no que respeita à política de habitação no Concelho. Obrigado. -----



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado Senhora deputada, eu concedo à Senhora Presidente a possibilidade de remeter para o Doutor Hugo ou a Senhora própria esclarecer. -----

----- **Senhora Presidente da Câmara Municipal:** -----

----- Se o Doutor Hugo percebeu aquela questão dos números, eu agradecia que respondesse e depois eu comentarei o reste a outra parte. Obrigada. -----

----- **Senhor Dr. Hugo Fonseca:** -----

----- A questão destes dez agregados, ou seja, os números não batem certo, os dez agregados são agregados que estão numa casa arrendada, tem contrato de arrendamento e nessas situações e são casas que estão diagnosticados problemas e patologias na habitação, nas janelas, ou seja, no domínio da insalubridade e insegurança. Quem é que tem que resolver o problema desses agregados com um contrato de arrendamento de acordo com a lei é o Senhorio, ou seja, se há um contrato de arrendamento válido é o Senhorio que tem que resolver os problemas naquele imóvel. O primeiro direito dá direito aos proprietários dos imóveis que residam no imóvel. O Senhorio é o proprietário do imóvel mas não reside é, no fundo, é um outro agregado que está ali naquela situação o Senhorio é que vai ter que resolver o problema no imóvel. O Primeiro direito não enquadra essas situações. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado Doutor Hugo. Faz favor Senhora Presidente. -----

----- **Senhora Presidente da Câmara Municipal:** -----

----- É só dizer, eu sei que isto é muito aborrecido eu dizer, mas eu tenho que voltar outra vez a dizer isto, é um bocadinho incómodo dizer que, de facto, o Governo é que tem a responsabilidade nas políticas de habitação é verdade, mais ainda o Município não é nenhuma construtora, não é nenhuma imobiliária e nem tem que se substituir aos privados. Portanto, logicamente aquilo que pode é criar condições para que os privados possam efetivamente construir e fazer esse tipo de investimentos. Não é este caso em concreto estratégia local, apoio às situações de habitação, enfim, indigna, sobrelotação e por aí fora, é outra questão agora quando vai falar na classe média bom, só falta que agora os Municípios tenham que se substituir às empresas, aos construtoras e por aí fora e andar aqui a disputar essas situações, aliás, eu recordo no passado quando o Município construiu aquele prédio ali junto ao Jardim, que foi objeto de crítica porque efetivamente o Município se estava a substituir aos privados, às construtoras e a vender diretamente aos munícipes. Portanto, e vamos lá ver se a gente distingue as situações, portanto, dizer também que e o Município está a trabalhar nessa situação no sentido de encontrar ou melhor colocar no mercado outras situações semelhantes ao que fizemos para o Rangel e mesmo assim no Rangel veja-se o tempo que está a demorar, pelas várias razões ou porque não havia projeto. Agora lotes por um preço mais reduzido e com projeto aprovado, tudo fizemos para colocar à disposição do mercado e as pessoas poderem aceder e poderem comprar. Neste momento já só se somos proprietários de dois lotes daqueles dezasseis lotes para habitação, para habitação familiar. Depois ainda temos na parte de cima,



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

mas neste momento, entre os dezoito já estão dezasseis ocupados. Mas obviamente que tem que ser também os privados a tomar a iniciativa e, portanto, eu sei que é aborrecido e quando falamos também no Estado já demos os exemplos que demos, é desagradável quando para os próprios Municípios, enfim, se exige isto e não se exige a um Estado que tem aqui imóveis com um andar, dois andares que poderiam dar dois, três, quatro apartamentos e os tem à venda através de uma empresa público-privada, uma imobiliária, a pedir um balúrdio que nem os privados, obviamente, podem aceder ou conseguem aceder, porque além do custo ainda depois está, enfim, se impõem as necessárias adaptações e todo o investimento que é necessário fazer. E isso mesmo se colocou a nós quando quisemos, enfim, adquirir, para além das dificuldades todas burocráticas, a Casa dos Magistrados, também outra dificuldade. -----

----- Agora na Escola Secundária a Senhora deputada deu o pior exemplo, mais uma vez o Município adquiriu aquele imóvel e graças a Deus, porque as primeiras intervenções que fizemos para foi para nos substituímos ao Estado, porque as intervenções que fizemos olhe foi logo para fazer obras para colocar lá a GNR, quem é que avançou com a obra? O Município de Anadia é que teve que avançar com as obras, com o investimento, com a colocação da GNR em espaços dignos onde eles pudessem funcionar e instar no tempo devido. Enfim, depois vamos ao segundo andar, se assim não fosse teríamos gasto mais de trezentos mil euros em aluguer de contentores e em situações muito mais precárias para que o Centro de Saúde de Anadia pudesse funcionar e, felizmente, eles até estão há, enfim, a contento deles e com outro espaço que não tinham e com melhores condições, se calhar, agora quando mudarem até vão reclamar outra vez da diferença. E depois aquilo que estamos aqui a preconizar é alojamento, é residência para estudantes. Sim, também é alojamento, é uma outra vertente. Claro que não é para a classe média, claro que não, mais uma vez reitero não é responsabilidade do Município, não pode ser. Nós não temos que nos substituir aos privados nesse tipo de investimentos, temos que sim, tentar ir ao encontro de respostas a quem efetivamente tem necessidades sociais e é nesse sentido que estamos a ir mais além daquilo que nós já fazemos com os nossos apoios sociais e do regulamento que temos implementado. E fico-me para já por aqui Senhor Presidente. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado Senhora Presidente. Senhora deputada para que efeito é que quer tomar a palavra? Direito de resposta, faz favor, concedido. -----

----- **Senhora Deputada Municipal Marta Duarte, do Grupo Municipal do PS:** -----

----- Senhora Presidente relativamente ao exemplo do liceu que o Município se substituiu ao Estado, se o Município se substituiu ao Estado acho que se substituiu e substituiu muito bem, e penso que também já foi recompensado por isso, aqui só estava em causa, quando demos este exemplo, é que foi para residências universitárias, não foi para residências habitacionais, que é o que temos o problema. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Senhora deputada e os Senhores Deputados ter algum cuidado nestes diálogos, na



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

verdade a Senhora deputada queria dizer compensada e não recompensada, seria isso? -----

----- **Senhora Deputada Municipal Marta Duarte, do Grupo Municipal do PS:** -----

----- Certo. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Pronto, está emendado o erro, faz favor de continuar. -----

----- **Senhora Deputada Municipal Marta Duarte, do Grupo Municipal do PS:** -----

----- Pronto, o que eu estava a frisar é que acho que substitui e substituiu muito bem e quando foi dado este exemplo, foi dado o exemplo de a utilização não ser para habitação propriamente dita, por isso, acho que estamos aqui um bocadinho a desviar os assuntos e sempre os assuntos para o Governo e ainda bem que existe o PRR. Obrigada. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado Senhora deputada, faz favor Senhora Presidente. -----

----- **Senhora Presidente da Câmara Municipal:** -----

----- Só dizer à Senhora deputada que o imóvel custou mais de trezentos e sessenta e cinco mil euros. Foi quanto o Município de Anadia teve de pagar ao Estado para ficar com aquele imóvel. Depois o Município de Anadia para a instalação da GNR ou para instalação do Centro de Saúde fez obras e no total, nós podemos dizer hoje, que na totalidade desde a aquisição nós temos gastos lá cerca de um milhão de euros e vai-me dizer então, mas para quê? Pois é, é que se não fosse o Município gastar o dinheiro na reabilitação de alguma coisa que já foi feita mesmo no piso que vai ser para os estudantes, teria que pagar o aluguer dos contentores, que durante mais de um ano e meio ia custar muito mais do que aquilo que nós gastamos nesse piso e para quê? Para nada. Assim como o mesmo iria acontecer com a GNR. Se nós não tivéssemos alternativa, obviamente que a GNR iria para os outros Concelhos, que era isso que estava previsto e aquilo que foi dito é nem pensar. A GNR tem ficar no Concelho de Anadia a funcionar no Concelho de Anadia, porque cá é que está a sede de Destacamento Territorial da Guarda Nacional Republicana e, portanto, assim foi feito, a expensas do Município. Agora estamos a falar de uma candidatura que nós fizemos, criticável, já percebemos, para uma residência de estudantes que terá participação do PRR, mas sabe quem é que tem que andar à frente? O Município de Anadia, mais uma vez, as obras do quartel da GNR quem teve que andar à frente foi Município de Anadia. Felizmente, enfim, até agora, temos que dizer que os valores não tem sido têm sido equilibrados. Depois todo um conjunto de ligações, de infraestruturas, arranjos exteriores, isso nem sequer é pago. Neste momento, o PRR, por exemplo, o IVA está de fora, não entra, as revisões de preço ainda são discutíveis, por exemplo, isso tem que ser o Município a suportar, isto só para informação, é e que não é assim tudo tão simples, é cem por cento, mas não é de tudo, não é. Só para devido esclarecimento. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado Senhora Presidente, vou dar a palavra ao Senhor Deputado Rui Bastos. Ainda bem, ainda bem, ainda bem que este valeu a pena, pronto. Eu pedia alguma contenção nos diálogos, porque pode ferir suscetibilidades. Vou dar a palavra ao Senhor Deputado João



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Gaspar, faz favor. -----

----- **Senhor Deputado Municipal João Gaspar, do Grupo Municipal do PPD/PSD:** -----

----- Só clarificar aqui duas coisas, portanto, em relação a esta alteração, isto já sabe que é um projeto que está aberto, portanto, até dois mil e vinte e oito todos os anos poderá haver uma atualização das necessidades dentro da área do Município, a execução terá que ser terminada até dois mil e dezoito, mas não quer dizer que depois as verbas que resta não podem ser utilizadas até dois mil e trinta, portanto, isto à partida é uma alteração e um programa versátil. As minhas dúvidas aqui é relativamente aos dezasseis fogos que estão já para ser construídos, se já tem a Câmara a garantia que o PRR os vai suportar, o que certamente não será verdade, porque a descentralização vem primeiro e só depois é que vem o dinheiro mais tarde, portanto, aqui o problema deve ser o mesmo. Portanto, a Câmara vai avançar com a construção de dezasseis fogos, por supostamente as pessoas que estão já ali reconhecidas como necessárias dos dezasseis fogos serão as candidatas esses fogos, que poderão ou não aceitar, ainda temos essa vertente, mas a Câmara já vai disponibilizar no fundo a importância que depois poderá vir do PRR, do fundo de resiliência, para fazer essa essas obras. Relativamente e tanto quanto eu percebi e esclareça-me se eu estou enganado, os quarenta e quatro fogos que estão para ser recuperados com a introdução dos Senhorios ou não Senhorios, as pessoas têm que demonstrar a vontade, terão que contribuir possivelmente com uma determinada parte, também não há nenhuma garantia que o fundo de resiliência vá suportar essa importância para já. Portanto, isto é só o anteprojecto de uma candidatura que há de ser feita e que há de decorrer no tempo e não quer dizer que todas estas necessidades que estão expostas neste programa, possam ser concretizadas, porque, no fundo, está tudo dependente de uma coisa que se chama Governo e da boa vontade deles em darem ou não as verbas que são necessárias para o desenvolver deste fundo. Penso não estar enganado e penso que clarifiquem basicamente a maior parte das pessoas relativamente às ajudas que possam existir neste aspeto. Quem vai arrancar com isto vai ser a Câmara, quem vai investir o dinheiro vai ser a Câmara e o Governo vai-se manter na sombra à espera de ver como é que corre, se correr bem, muito bem, se não correr bem, depois logo se vê. É só. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado, Senhora Presidente quer tecer algum comentário? -----

----- **Senhora Presidente da Câmara Municipal:** -----

----- Sim. É uma parte verdade, ou seja, para Ancas as coisas estão a avançar, mas já temos contrato de financiamento assinado, portanto, pelo valor da empreitada, coisa que inicialmente o valor era bastante inferior ou seja, quase que Ancas absorveu a maior parte do dinheiro dos trinta e três fogos que estavam previstos e, portanto, foi contemplado e, portanto, o que sobrava do contrato do inicial não chegaria para avançar para os trinta e três fogos, portanto, ou seja, Ancas avança com financiamento da Câmara. A Câmara tem que pagar ao empreiteiro e só depois é que apresenta aos pedidos de pagamento ao PRR, mas, à partida, o contrato de financiamento está assinado e, portanto, está assegurada essa parte, com a exceção da questão



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

do IVA e fora a revisão de preços, pronto, isso são outras questões ou infraestruturas exteriores que são necessárias para fazer as ligações. Nesta situação vamos fazer a candidatura para os novos fogos de imediato, com o estudo prévio e, portanto, aguardando obviamente que essa candidatura venha a ter financiamento. Qual é a questão? E disse aí algo que não é exatamente assim, é que isto tem que estar pronto até dois mil e vinte seis, o PRR tem que terminar em dezembro de dois mil e vinte cinco. Correto Hugo? Ou vai até julho de dois mil e vinte seis, portanto, é o limite. A partir daí, depois logo se vê. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Eu não sei se poderá porque não fica gravado e são palavras que podem ser sábias e que ficam omissas, portanto, faz favor, Senhora Presidente. -----

----- **Senhora Presidente da Câmara Municipal:** -----

----- O que nós sabemos é que mais vale pensar assim é até dois mil e vinte seis e, portanto, rapidamente projeto, contrato de financiamento, se houver lugar a participação e, portanto, isto tem que ser feito de forma acelerada para ver se efetivamente, se é garantida essa participação, pronto, se assim for as coisas funcionarão de uma forma mais célere, se não for assim, é um bocadinho mais complicado, obviamente. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado Senhora Presidente, vou dar a palavra ao Senhor Deputado e Presidente de Junta Artur Salvador, faz favor. -----

----- **Senhor Deputado Municipal e Presidente da Junta de Freguesia de Sangalhos Artur Salvador, do Grupo Municipal do PPD/PSD:** -----

----- Muito obrigado Senhor Presidente, este assunto é um assunto capital na gestão autárquica e, portanto, da minha parte e da parte da Freguesia de Sangalhos, muito agradados em receber aqui uma informação em primeira mão. É preferível assim pelo jornal, portanto, um agradecimento acho que é justo pelo trabalho que temos feito de persistência também e do apoio que temos tido da Câmara Municipal. Agora, a apresentação que foi aqui feita, uma apresentação técnica muito bem elaborada que responde a uma necessidade identificada, levanta um problema que é a eficácia do tempo. Quando nós estamos aqui a ouvir a apresentação e depois alguns esclarecimentos sobre a matéria, a cada esclarecimento uma dúvida, que é o quê? Os nossos agregados identificados precisam de uma solução, eu poderia dizer para ontem, mas era para amanhã. Muitos deles, para não dizer todos, não têm capacidade financeira na parte em que vão cair naquela parte em que os proprietários poderão fazer obras, candidaturas. Não tem capacidade para fazer candidaturas, não tem capacidade para absorver investimentos o quer que seja, portanto, ou são ajudados do ponto A até ao ponto B ou esta estratégia não resulta. Uma coisa é falarmos na estratégia e temos o exemplo da Quinta do Rangel e bem, habitação nova num local a definir, outra coisa é definir habitações que, neste momento, são habitadas, tem mínimas ou nenhuma condições de habitabilidade, eventualmente quando vamos abrir candidaturas para melhorar essas condições de habitabilidade, estaremos a falar de um ano, dois anos, três anos e, portanto, e essa é a



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

dificuldade e a preocupação que me assalta neste tipo de processo. É inquestionável que a primeira responsabilidade é do Governo nacional. É a primeira responsabilidade e é o primeiro também em virar a cara para o lado, isso temos visto, agente quando fala PRR, PRR, PRR, o que é o PRR? Eu se chegar lá aos dezoito agregados que foram identificados, que nós acompanhamos e dizer que há um mecanismo pós os apoiar, eles ficam a olhar para mim, porque o PRR nem chega às pessoas, nem chega aos Municípios, isso é clarinho e, portanto, qual é a solução? O Município tem que atalhar caminho e priorizar investimentos e fazer aquilo que tem feito, que é chegar-se à frente. Que é o que também as Juntas de Freguesia tem que fazer, dentro da sua dimensão chegar-se à frente, é um balde de tinta, é uma porta, é uma janela, é umas telhas e, portanto, na estratégia local de habitação a preocupação é daqui a quanto tempo é que parte dos agregados identificados hoje na revisão da estratégia local de habitação, podem ter melhorias na sua condição de habitação, seja ela primeira habitação, seja ela a recuperação da habitação que atualmente detêm, alugada ou cedida, o quer que seja. E é tudo. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado Senhor Presidente, faz favor Senhora Presidente de Câmara. -----

----- **Senhora Presidente da Câmara Municipal:** -----

----- Ó Senhor Presidente da Junta, há que distinguir realmente aquilo que é investimento público daquilo que é investimento privado e, portanto, aqui a estratégia mostra bem aquilo que é o investimento público para os tais cinquenta e quatro fogos, se não me engano, cinquenta e dois e aquilo que é um investimento privado relativamente ao primeiro direito, são mais quarenta e quatro fogos. O problema desse investimento privado do primeiro direito era aquilo que eu há bocadinho estava a dizer, primeiras pessoas têm que ser proprietárias do imóvel. Ou pelo menos mostrar, pronto, prova de que são proprietários do imóvel, depois tem que ter dinheiro, obviamente, para fazer o projeto e se não tiverem cá vêm bater à porta da Junta de Freguesia, pelo menos para os ajudarmos para os orientarmos, que às vezes não é preciso um grande projeto e até se estiver legal, se, enfim, se for propriedade dele e se estiver legal até é tudo muito mais fácil não é preciso assim tanto requisitos. Mas depois quando formos a somar aquilo que é necessário o investimento face àquilo que é exigível no âmbito do PRR, se calhar chega a um montante que é muito superior àquilo que a pessoa pensava que teria necessidade de gastar. E esse é um problema, portanto, depois das duas uma, ou arrisca e continua com a candidatura e fica à espera que haja aprovação ou então, se calhar não tem condições para fazer toda aquela melhoria das habitações. -----

----- Depois temos outra situação daqueles agregados que embora sejam propriedade de um telheiro ou de um barraquito, que não se pode chamar casa, nem é possível de recuperação, isso não é nada, é quase uma ruína, obviamente, que não tem este enquadramento no primeiro direito, isso já são agregados que têm que ser encaminhados para este investimento que o Município está a fazer. -----

----- Mas também é verdade que, neste momento e em simultâneo, estamos a fazer um



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

regulamento que está também a acompanhar essa situação, que vem definir as regras e as condições a que estes agregados podem aceder a estas habitações, porque, de facto, não há nada à borla e as pessoas vão ter que pagar alguma coisa e depois vai ter que definir esse valor a pagar e depois vamos ver, se pagam ou não pagam e pronto, e todos estes processos que vão acontecendo em muitas outras áreas, pronto, que temos na água, na educação e por aí fora. Mas pronto, temos que dar estes passos, independentemente disso e eu disse isto no princípio, se houverem situações de infiltrações, pronto, de água nos telhados das casas das pessoas, já o fizemos ou se houver necessidade de fazer uma casa de banho, porque há questões de dificuldades por mobilidade reduzida, ou outras, cá estamos para apoiar, já o fizemos e, portanto, essas situações podemos nós apoiá-las, desde que as pessoas também sejam proprietárias da referida casa ou então também já aconteceu no passado que o Senhorio não tendo essas possibilidades e de repente não pode ir ao primeiro direito, dar a devida autorização, para que o Senhor possa fazer as obras e nós apoiarmos o Senhor e no fundo, Senhorio acaba beneficiado. Mas não vamos falar em obras de, pronto, substituir tudo, como é evidente, mas pelo menos dar condições de conforto ou de acessibilidade para que a família possa viver a nessa à habitação. Portanto, uma coisa não se pode vincular a outra, porque o tempo passa e as pessoas vivem lá e, portanto, nós também temos que ter essa sensibilidade e essa atenção, em função daquilo que é um apoio que a Câmara ou Junta de Freguesia pode vir a dar. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Obrigado Senhora Presidente, eu há bocadinho vi o Senhor César Andrade a levantar, pronto, desistiu. -----

----- **Senhora Presidente da Câmara Municipal:** -----

----- Senhor Presidente se permite o Doutor Hugo gostava só de acrescentar uma informação e eu acho que é pertinente e, portanto, agradecia que lhe desse a palavra. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Permito. -----

----- **Senhor Dr. Hugo Fonseca:** -----

----- Se relativamente aos beneficiários diretos, aos proprietários da habitação, só esclarecer que o programa primeiro direito prevê a possibilidade do Município substituir, no fundo, os proprietários da casa na instrução da candidatura. Eu recentemente tive contacto com vários colegas de outros Municípios que tem já estes processos um bocadinho mais avançados e todos eles me disseram que é impossível Município preparar as candidaturas para todos os proprietários. O Município tem contratar um departamento só para aquilo e é impossível ao Município, poderá ser feito, eventualmente, é uma avaliação daqueles agregados que têm uma situação mais complicada e o Município, o primeiro direito prevê isso mesmo, tem que haver, no fundo, um documento em que o proprietário autoriza o Município, no fundo, a instruir toda a candidatura que será apresentada ao Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana. E depois é lógico que as candidaturas é um processo também complexo, porque caso a candidatura depois



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

necessite de um licenciamento prévio da Câmara Municipal, já é mais uma pedra na engrenagem, se for uma situação mais simples, poderá ser mais fácil viabilizar e também muito importante, todas as obras que sejam feitas nestas habitações, como são financiadas pelo PRR todas obras de reabilitação tem que ter um ganho de eficiência energética no arrefecimento ou aquecimento de pelo menos dez por cento. Ou seja, isto é um processo que é um bocado complexo. Eles é lógico dizem que é que é fácil, mas imagine-se uma pessoa vai apresentar uma candidatura para substituir a caixilharia ou o que quer que seja, terá que apresentar um pré-certificado energético a dizer qual é que é o estado atual e depois no final da obra faz o novo certificado energético para ver se ouve o tal ganho ou não de dez por cento e depois nem nós sabemos e imagine-se que não há o tal ganho de dez por cento, quer dizer, houve ali um investimento e depois o dinheiro. Há sempre estas questões que podem parecer, eles dizem-nos que são simples de resolver, mas às vezes a gente lê o aviso do financiamento e temos de ter algum cuidado da forma depois como o processo tem que ser conduzido. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Senhora Presidente, não sei se quer dispensar o Doutor Hugo? -----

----- **Senhora Presidente da Câmara Municipal:** -----

----- Sim, nada mais a acrescentar e obviamente agradecer ao Doutor Hugo pela disponibilidade e colaboração quer na apresentação, quer nos esclarecimentos. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Ok muito obrigado. Portanto, vou passar à votação deste ponto número dois, que é a proposta da Câmara Municipal de atualização da Estratégia Local de Habitação do Município de Anadia. E agora porque nós tivemos confusão nas letras vamos aos números, primeira fila, quem vota a favor, segunda fila, terceira fila, quarta fila, quinta fila, Mesa. Quem se abstém, primeira fila, segunda fila, terceira fila, quarta fila, quinta fila, e, portanto, e num universo de trinta e um votantes e no uso da competência estabelecida no art.º 2.º da Portaria n.º 230/2018, de 17 de agosto, a Assembleia Municipal deliberou por maioria, com trinta votos a favor, zero votos contra e uma abstenção, do Senhor Deputado César Henrique de Seabra Rangel e Andrade, do Grupo Municipal do PPD/PSD, aprovar a proposta da Câmara Municipal de Atualização da Estratégia Local de Habitação do Município de Anadia, encontrando-se cópia em anexo à minuta aprovada, da qual faz parte integrante. -----

----- Passaremos então à **análise, apresentação a discussão e votação da proposta da Câmara de nomeação do júri de recrutamento dos cargos de direção intermédia de primeiro grau, conforme a lei**. Peço a Senhora enfermeira se quer antecipadamente tecer alguma consideração ou então passa-se já. Disse enfermeira? Mas a sério, isto não é deformação é que eu estou a olhar para vocês e há tanto doente aí ou com sono ou com fome ou com sede, que eu pensei é mesmo preciso uma a enfermeira mas, pronto, é a Senhor Presidente, pode assumir também o cargo de enfermeira. E nesse sentido propor-lhe se quiser, que faça a apresentação. -----

----- **Senhora Presidente da Câmara Municipal:** -----



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Senhor Presidente eu já trato de muita coisa, mas de enfermagem só em casa, portanto, não arrisco, enfim, fazer outro tipo de tratamentos. Eu penso que o documento é claro, portanto, no fundo é abertura dos procedimentos concursais que permitem, obviamente, tratar dos cargos de direção, que já estão designados e o regime de substituição mas há um prazo para procedermos à regularização e, portanto, nesse sentido impõe-se a nomeação, os procedimentos concursais e, obviamente, a designação do júri que tem que ser sob proposta da Câmara, mas tem que ser a assembleia a aprovar. Se não concordarem com as pessoas que aqui estão no júri, mas pronto, é o que faz parte é o que está na lei. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado Senhora Presidente, portanto, dou a palavra ao Senhor Deputado Rui Bastos, faz favor Senhor Deputado. -----

----- **Senhor Deputado Municipal Rui Bastos, do PCP:** -----

----- Obrigado Senhor Presidente, não colocando em causa os elementos que constituem o júri, eu deixava-lhe apenas uma pequena questão que foi, até para perceber, no fundo, o percurso. A Senhor Presidente ainda agora referiu, e bem, se calhar, que temos que obedecer a prazos. Ora bem, eu lembro-me de que esta estrutura veio aqui, esta nova estrutura veio aqui à aprovação da Assembleia Municipal e que originou a uma benéfica divisão até do número de divisões que havia, por exemplo a educação transformou-se depois na ação social e por aí fora, ou seja, melhorou o funcionamento, penso eu, das próprias divisões e, de repente, foi feita uma nomeação provisória de quatro diretores, que agora três meses depois estamos com este concurso, porque perante a necessidade de se concluir o processo o mais urgentemente possível. A questão que me coloco é o porquê desta nomeação para três meses praticamente, no fundo, porque repare se formos a ver bem há certos departamentos que não ouve substituição do próprio chefe de divisão, penso eu, ou seja, houve aqui um acumular novamente de funções na mesma pessoa e a questão é um pouco essa, o porquê da tomada de decisão de um numa nomeação provisória quando passado pouco tempo estaríamos a abrir este concurso. Obrigado. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Senhora Presidente que esclarecer? -----

----- **Senhora Presidente da Câmara Municipal:** -----

----- Não há razão nenhuma especial, a partir do momento em que o mapa de pessoal está provado é possível fazer as nomeações provisórias, como o mesmo aconteceu com os chefes de divisão e, portanto, também para os lugares de chefe de divisão os concursos estão a decorrer, portanto, estes são para os diretores de departamento, portanto, não há qualquer questão, portanto, há um prazo limite para se abrir os concursos, mas, de resto, não há qualquer questão relativamente a isso, eu estou-lhe a dizer que mesmo relativamente ao chefe de divisão, os concursos estão a decorrer. Eu não lhe aceito que o Senhor esteja a olhar para mim com esse ar de insinuação de maldade, o Senhor tem que ser claro, desculpe lá. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Eu não sei, mas isto já são olhares a mais, cá para mim, quer dizer, pronto, mas sendo assim, queria dizer alguma coisa Senhor Deputado? Complemento direto ou indireto? É que você às vezes é indireto, faz favor. -----

----- **Senhor Deputado Municipal Rui Bastos, do PCP:** -----

----- Senhora Presidente o meu olhar prende-se com o facto de que até fiquei com a ideia que isto já estava predefinido percebe e não é bem essa a ideia que eu tenho do sistema concursal. Daí ter perguntado o porquê desta nomeação provisória, como diz, porque foi provisória, pelos vistos foi definitiva, quase não é, por isso é que eu fiz este, eu se calhar, porque como disse que os lugares de abertura para os chefe de divisão ainda não estão abertos, efetivamente, vão ter que ser abertos, porque não só os que foram promovidos na situação do desmembramento das secções, não é, que deram origem, mas também a estes, se ficarem convictamente já no lugar de departamento, que é um concurso público, é aberto a outras situações e depois tem os seus critérios, terão também que ser promovidos que ainda não existe, certo? Ninguém para estes lugares substituição caso estes Senhores venham a ficar, Senhores ou Senhoras, venham a ficar como diretores, por isso é que eu fiz aquela expressão, é só mais nada, não quis tomar considerações, não fosse além disto. Obrigado. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Eu se fosse a responder dizia porque sim. Senhora Presidente quer terminar este pronto? -

----- **Senhora Presidente da Câmara Municipal:** -----

----- Não e ainda bem que o Senhor Deputado esclareceu, porque quando de coloca aquele risinho com alguma malícia, obviamente que assim podemos falar e entender-nos melhor e para que não fiquem dúvidas no ar, mais uma vez, reitero, a partir do momento em que o mapa de pessoal está provado, obviamente que o Município pode promover, até porque são lugares de substituição, nomeação provisória mas de substituição e, portanto, até estar o concurso em definitivo resolvido será sempre nomeação provisória em regime de substituição, sejam chefes de divisão, sejam diretores de departamento, agora se me disser assim nem todos os lugares de chefe de divisão estão neste momento ocupados, verdade. Alguns já foram ocupados e os concursos estão a decorrer e outros ainda não foi lançado a concurso e não estão ocupados, não foi nomeado ninguém e ainda não se abriu o procedimento. Agora nestes concursos podem vir a concorrer outras pessoas e, portanto, até estar o processo fechado, pode demorar aqui não sei quantos meses. Olhe há concursos que infelizmente aquilo que é muito rápido não acontece, nomeadamente até para os assistentes operacionais que muitas vezes andamos aqui, enfim, quase seis meses à espera para ter o problema resolvido e quando ficamos com uma bolsa de recrutamento ainda bem, quando os vamos chamar já é outro problema. Mas pronto, não tem que haver dúvidas relativamente a isso. Nomeação provisória em regime de substituição, seja chefe de divisão, seja os diretores de departamento e, portanto, qualquer um deles neste momento os chefes de divisão, aqueles que foram nomeados já estão os procedimentos a decorrer e para os diretores do departamento igual. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Terminado então. Muito obrigado Senhora Presidente. Vou passar então à votação deste ponto cujo título é nomeação do júri de recrutamento de cargos de direção intermédia de primeiro grau. Estão vinte e nove Deputados no plenário, portanto, primeira fila quem vota a favor, segunda fila quem vota a favor, terceira fila quem vota a favor. quarta fila quem vota a favor, quinta fila não há, Mesa, e, portanto, e num universo de vinte e nove votantes e no uso da competência estabelecida no art.º 13.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, a Assembleia Municipal deliberou por unanimidade, com vinte e nove votos a favor, zero votos contra e zero abstenções aprovar a proposta da Câmara Municipal de nomeação do Júri de recrutamento dos cargos de direção intermédia de 1.º grau, encontrando-se cópia em anexo à minuta aprovada, da qual faz parte integrante. -----

----- Não participaram na votação o Senhor Deputado César Andrade, do Grupo Municipal do PPD/PSD e a Senhora Deputada Municipal Ana Paula Allen, do Grupo Municipal do MIAP. -----

----- **Passamos de imediato à apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara Municipal da segunda alteração ao mapa de pessoal aprovado para o ano dois mil e vinte e três e conforme o RAMA.** Pergunto à Senhora Presidente se quer anteceder com algumas considerações ou ficará já à disposição do plenário? -----

----- **Senhora Presidente da Câmara Municipal:** -----

----- Em resumo esta alteração do mapa de pessoal pretende apenas colmatar necessidades que são de todo inadiáveis e, portanto, aí a surgir a proposta para o recrutamento desses dois lugares por tempo determinado, portanto, para o serviço de educação e três para o serviço de gestão de equipamentos desportivos. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Obrigada Senhora Presidente. Não havendo intervenções. Senhor Deputado deve levantar o braço na altura em que isto acaba, porque se está em conversa numa cavaqueira muito simpática que acredito e depois quer uma pausa? Pronto, faz favor. -----

----- **Senhor Deputado Municipal Rui Bastos, do PCP:** -----

----- Muito obrigado. Muito rapidamente Senhora Presidente, estes três assistentes operacionais para o serviço de gestão de equipamentos desportivos levantam-se por algum acréscimo que esteja previsto em termos de eventos, por algumas contrariedades que possam surgir, tenham surgido com turnos, só para perceber melhor o porquê desta necessidade. Obrigado. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado, Senhor Deputado, faz favor Senhora Presidente. -----

----- **Senhora Presidente da Câmara Municipal:** -----

----- Tem a ver essencialmente com a necessidade de estabelecer turnos e, portanto, enfim, seja, por exemplo, a questão do parque urbano, em que temos que ter pessoas e é preciso fazer sábados e domingos e, portanto, com horário mais alargado é complicado o mesmo acontece no velódromo e, portanto, é precisamente para fazer face à questão dos turnos. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Obrigado Senhor Presidente, então passarei então à votação deste ponto quatro, num



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

universo de trinta e um estão trinta presença, pergunto quem vota a favor, primeira fila, segunda fila, terceira fila, quarta fila, quinta fila, Mesa, e, portanto, e num universo de trinta votantes e no uso da competência estabelecida na alínea o) do n.º 1 do art.º 3.º do Regimento da Assembleia Municipal de Anadia – alínea o) do n.º 1 do art.º 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro – a Assembleia Municipal deliberou por unanimidade, com trinta votos a favor, zero votos contra e zero abstenções, aprovar a proposta da Câmara Municipal de 2.ª Alteração ao Mapa de Pessoal aprovado para o ano de 2023, encontrando-se cópia em anexo à minuta aprovada, da qual faz parte integrante. -----

----- Não participou na votação a Senhora Deputada Municipal Ana Paula Allen, do Grupo Municipal do MIAP. -----

----- Entramos no **ponto quinto apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de segunda alteração orçamental modificativo revisão às grandes Opções do Plano e Orçamento do Município de Anadia para dois mil e vinte e três, dois mil e vinte sete**. Portanto, darei a palavra à Senhora Presidente para tecer os comentários ou fazer a apresentação ou então ficará à disposição do plenário para qualquer intervenção. Faz favor. -----

----- **Senhora Presidente da Câmara Municipal:** -----

----- Eu penso que está explicado, portanto, aí no documento, portanto, o reforço devido à entrada da receita, portanto, e está devidamente justificada o enquadramento, nomeadamente com a questão das verbas afetas para a descentralização, reforço da verba para o Centro de Saúde de Anadia para fazer face à revisão de preços, não contemplada pelo PRR. E, pronto, e a justificação do valor de acréscimo de receita. Se houver alguma questão, portanto, disponível para responder. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Okay, muito obrigado ou a palavra ao Senhor Deputado Pedro Ribeiro. Para quem não conhece Pedro Ribeiro é Pedro Pina. -----

----- **Senhor Deputado Municipal Pedro Ribeiro, do Grupo Municipal do PS:** -----

----- Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Excelentíssimos restantes membros da Mesa, Excelentíssima Senhora Presidente do Executivo Municipal, Excelentíssimas e Excelentíssimos Vereadores, Excelentíssimas e Excelentíssimos colegas deputadas e Deputados municipais, Excelentíssimo público anadiense em geral. -----

----- Senhora Presidente do Executivo Municipal sobre o ponto da ordem dos trabalhos segunda alteração orçamental modificativa barra revisão às grandes Opções do Plano e ao Orçamento do Município de Anadia para dois mil e vinte e três, dois mil e vinte sete, reconhece esta bancada que se está a distribuir a verba possível e disponível por vários temas importantes, tais como transferência de competências, saúde, ação social, etcetera. Sobre área específica da ação social queremos congratular-nos por o projeto Anadia Maior continuar a ser uma realidade no panorama estrutural do envelhecimento ativo no nosso Concelho. Na verdade, o PS Anadia tem insistido na absoluta necessidade de colocar o trabalho social na agenda política prática e não



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

na da conveniência mediática. E já agora também nos investimentos e não nas despesas como o MIAP tanto aprecia apregoar. Anadia tem assistido a um degradar da situação económica e social de muitas famílias, agravando as necessidades e as desigualdades destas, mas também das próprias IPSS, amiúde o último recurso a que pode recorrer muitos daqueles que tendo construído a nossa realidade comunitária, não dispõe de meios agora para dela usufruir. Este Executivo MIAP crescentemente não olha a meios financeiros e outros, quando os temas são de suposta cultura em forma de entretenimento, mas não vemos ainda e, infelizmente, o mesmo empenho e esforço consolidado e estrutural nas temáticas sociais. É pois com agrado e enorme alívio que sabemos que o projeto de Anadia maior vai com contribuição do PS Anadia continuar a apoiar centenas de seniores do nosso Concelho, no merecido e digno trabalho de envelhecimento ativo indutor de uma pretensa consolidada. Muito mais, no entanto, Senhora Presidente do Executivo há ainda por fazer e pode esta assembleia estar ciente que o PS Anadia não se contenta com a atual realidade, em que pouco se valoriza a memória. Sem memória não há futuro e é pelo futuro de Anadia que todos devemos trabalhar. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado Senhor Deputado, a Senhora Presidente quer comentar? -----

----- **Senhora Presidente da Câmara Municipal:** -----

----- Bem eu palavra de honra que nem sei o que é que hei de comentar. O Senhor Deputado referiu que pelo menos na parte social, portanto, falou em despesas, falou em investimento, eu não sei onde é que quer chegar, mas gostava que provasse o que é que está a querer dizer porque eu não consegui lá chegar. Agora estar a chamar ao PS o projeto Anadia Maior, que é do PS ou do PSD ou do MIAP, o projeto Anadia Maior é e continuará a ser promovido pela Santa Casa da Misericórdia de Anadia. Ponto final. Não é da Freguesia, não é da Freguesia A,B,C ou D ou daquelas onde o projeto é desenvolvido, não é do partido A, nem B, nem C. É de Santa Casa Misericórdia de Anadia e nesse sentido aquilo que fizemos foi trabalhar com eles, com a direção, com o Senhor provedor e vice-provedor em primeira mão, perceber, obviamente, até onde é que eles poderiam ir e nós também com a disponibilidade financeira e perceber se efetivamente podermos ajustar o programa numa outra linha, porque até aqui se ele existiu é porque teve participação comunitária. E, portanto, com uma equipa paga pelos fundos comunitários, com atividades pagas pelos fundos comunitários. Têm carrinha, têm espaços melhorados, têm computadores, tudo pago pelos fundos comunitários. Acabam-se os fundos comunitários. Okay, acaba-se a festa. Okay, então vamos lá dar um apoio e, portanto, nesse sentido a Câmara Municipal prescinde de uma determinada verba para apoiar a Santa Casa da Misericórdia de Anadia neste projeto e, obviamente, com o apoio logístico e articulando com outras iniciativas, dando também aqui alguma inovação e alguma criatividade também no projeto ou que se possa complementar com algumas atividades que não são despesa, são realmente são, no fundo, um investimento que nós fazemos nas pessoas, como ainda hoje de manhã estiveram no pavilhão no encerramento do movimento sénior é vida, isto é para as pessoas, não é para a Câmara. OK, isto é para as pessoas e, portanto, nesse sentido, este projeto, por exemplo, pode ser um



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

complemento de outras atividades que a Santa Casa está a fazer. Se assim o desejar. Porque nós não nos iremos substituir nem sobrepor à Santa Casa relativamente ao projeto. E já dei o exemplo aqui do programas escolhas que também foi da Santa Casa, foi pago pelos fundos comunitários, até onde foi possível, quando terminou nada a fazer e, portanto, no mesmo registo nós não conseguíamos assumir, também a Santa Casa não tinha outras condições e, portanto, aquilo que a Câmara fez foi pegar no projeto ser mais e enquadrá-lo, enfim, noutra configuração, apoiando outras famílias é certo, mas não podíamos seguir no mesmo registo, porque até ali seguiu porque era pago pelos fundos comunitários e, portanto, este é o segundo projeto em que nós estamos envolvidos e bem, dando, apoiando, obviamente, aquilo que é uma iniciativa e já tem algum recursos a Santa Casa, portanto, queremos e rentabilizá-los e poder complementar com outros, com outras iniciativas que nós temos, até com a Universidade Sénior da Curia, por exemplo, porque não? Se são pessoas que são ativas e que, enfim, ainda tem mobilidade e que ainda conseguem, enfim, também de pensar um bocadinho mais além e, portanto, é isso que se deseja e, portanto, nesse sentido, lamento que o PS esteja aqui a tentar puxar pelos galões e dizer se não fôssemos nós não havia o projeto de Anadia Maior. Mas pronto isso, enfim, a vocês vos cabe, enfim, os vossos comentários, mas eu também não posso deixar, obviamente, de prestar o devido esclarecimento para quem nos ouve, obviamente, também perceba todo este contexto e depois dizer-lhe Senhor Deputado, é assim, o PS pode dizer aquilo que o MIAP faz é pouco ou nada, pois aquilo que nós dizemos é fazemos muito, ainda hoje em reunião do Executivo nós atribuímos às IPSS do Concelho de Anadia cento e um mil quatrocentos e cinquenta euros. Para as IPSS para apoiar as IPSS, isto também é apoio social. Nós abdicando da verba da descentralização, que é uma vergonha em termos sociais, é uma vergonha aquilo que o Município está a receber. Abdicamos desse valor para continuar a ter a Misericórdia envolvida neste projeto, portanto, também despendendo, enfim, daquilo que temos, porque não chega nem pouco mais ou menos para fazer face àquilo que é a respostas sociais, mas obviamente, para que a Misericórdia também continue envolvidas e possa dar também outra resposta. -----

----- Entre outros, aliás, hoje entre outros podia aqui estar a dizer olhe também damos subsídio à ADASFES, é social também, é noutra vertente, mas também a social. Eles também colaboram connosco e nós colaboramos com eles, agora, isto também é social. Quando, por exemplo, estamos a atribuir apoios no fundo social ou dos medicamentos, isso é apoio social, ou na melhoria da habitação ou do arrendamento, isso é apoio social. Já não digo da natalidade que aí cobre todos independentemente do agregado. Mas quando vamos, por exemplo, que está noutra rubrica que é na educação na ação social escolar, vocês depois não somam aquilo que está na ação social escolar, porque a Câmara tem que suportar o escalão A, a Câmara tem que suportar a participação relativamente ao escalão B, por exemplo, enfim, e outras coisas mais e isso, de facto, o PS se acha que isto não é estar a fazer investimento na parte social, obviamente, é porque não sabe fazer a leitura dos números ou não quer fazê-lo, porque não dá jeito, mas isso é outra questão, portanto, olhe, espero pelo menos que tenha ficado um



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

bocadinho mais esclarecido. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado Senhora Presidente, o Senhor Deputado Pedro Pina queria? Ok obrigado. Dou a palavra ao Senhor Deputado Nuno Portovedo, faz favor. -----

----- **Senhor Deputado Municipal Nuno Portovedo, do Grupo Municipal do MIAP:** -----

----- Muito obrigado Senhor Presidente. Eu só gostaria de dizer uma coisa a Senhor Presidente já respondeu em parte ao Senhor Deputado, mas a congratulação do Partido Socialista sobre esta distribuição de verbas parece-me, de facto, óbvia e óbvia, porque se deve ao facto de serem áreas de responsabilidade do Governo e, portanto, o Município aqui está complementar coisas que o Governo complementou aquando da transferência de competências sem as verbas capazes. Temos, por exemplo, nas obras do Centro de Saúde e ainda não estão fechados, quer as alterações e a revisão de preços por força da inflação que dispararam, nada disso está fechado e, portanto, nós também nos congratulamos e ainda bem que são para questões, para questões relativas à saúde, que já falámos no início e que é um ponto que nos preocupa e também as questões sociais, mas é uma congratulação que me parece óbvio. --

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado Senhor Deputado, depois deste pequeno introito, vou dar a palavra ao Senhor Deputado Rui Bastos, desta feita é o terceiro. -----

----- **Senhor Deputado Municipal Rui Bastos, do PCP:** -----

----- Obrigado, Senhor Presidente, relativamente a esta matéria da segunda alteração orçamental permita-lhe perguntar Senhora Presidente os cento e oito mil e quinhentos euros que resultam do ajuste entre os valores efetivamente inscritos no orçamento e a verba efetivamente recebida pelo correspondente contrato de cooperação interadministrativa relativa à execução da empreitada da GNR. Diz Vossa Excelência que esta verba acaba por reforçar a dotação afeta à requalificação do Centro de Saúde e questão que lhe colocava era se, eventualmente, houve aqui uma revisão do dito protocolo que inicialmente foi assinado, para que esta verba, este acréscimo possa depois vir a ser incluído, face ao valor que inicialmente estava previsto? Depois dar-lhe aqui uma recomendação relativamente à carta social Municipal, que é um importante instrumento estratégico, no fundo, de planeamento a nível dos equipamentos sociais, mas, principalmente, porque prevê a resposta, uma rede de respostas sociais adequadas às necessidades, dar-lhe a recomendação para que este processo realmente face à importância que tem que seja célere e que ainda este ano, se possível, possamos contar com ele, na vinda dele à Assembleia Municipal. Obrigado. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Obrigado Senhor Deputado, quer comentar Senhora Presidente? -----

----- **Senhora Presidente da Câmara Municipal:** -----

----- Só responder relativamente à GNR nós tivemos várias adendas ao contrato. É evidente que a empreitada ficou ligeiramente abaixo do valor inicialmente previsto, que não gastamos verbas, nomeadamente, na questão da fiscalização porque foi nossa e, portanto, esse bolo tudo



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

somado permitiu fazer algumas adendas ao contrato inicial, por trabalhos que a própria GNR e o MAI assim consentiu. Chegou-se quase ao fim e havia um valor de revisão de preços que já não era, enfim, já não cabia no bolo todo do dinheiro que tinha sobrado, mas que o Ministério, enfim, conseguiu isto ainda relativamente ao orçamento de dois mil e vinte e dois, conseguiu um despacho da Secretaria de Estado, um despacho no sentido de poder encaixar a parte da revisão de preços da GNR, que foi um valor superior a este, mas que, obviamente, que entretanto permitiu aqui, agora depois deste encontro de contas, incluir este valor, até porque a revisão de preços também já estava paga. -----

----- E, portanto, esse valor entre os valores da descentralização na área social e correspondente aos nove meses deste ano foi feita aqui, portanto, a distribuição e pondo aqui em orçamento e bem, as áreas a que se destinam, porque se aquilo fosse todo no bolo da ação social depois vocês não iriam perceber quanto é que se está a pagar à Misericórdia de Sangalhos, quanto é que se está a pagar à Misericórdia de Anadia, quanto é que custava a carta social e, portanto, assim, ao menos fica aqui tudo escrito, espelhado e vocês conseguem fazer uma leitura muito melhor. -----

----- Quanto à carta social só dizer se o Deputado por mim vale o que vale, é mais uma carta. Se estamos à espera de carta para isto, carta para aquilo, carta para que loutro, nós não chegamos a lado nenhum. Ouça, é mais um, eu diria que é mais uma oportunidade para pôr uma série de gabinetes do País a trabalhar para mais umas cartas, porque, na verdade, nós já temos diagnóstico social que nós vamos fazendo, mas depois, pronto, é mesmo isso, eu diria que é mesmo tentar ter um documento, porque a isso também somos obrigados, para ter um documento como a carta educativa e por aí fora. Não é, não é igual ao PDM, mas é um bocadinho parecido com essa situação. Mas pronto, assim faremos a carta social Municipal e carta intersocial, intermunicipal ou intermunicipal, também é outra que tem que estar enquadrada, a Municipal tem que estar enquadrada na intermunicipal. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado Senhora Presidente, o Senhor Deputado Rui Bastos é para que efeito? Uma questão? Faz favor. -----

----- **Senhor Deputado Municipal Rui Bastos, do PCP:** -----

----- Muito obrigado, relativamente à pertinência da carta educativa, pronto, isto é um pouco como a estratégia local de habitação, tem a sua pertinência não sabemos até que ponto as medidas no futuro são precisas de dar resposta, estarão basiladas pela necessidade de ter este momento ou não, mas pronto, se a Senhora Presidente acha que não tem essa pertinência, estou enganado. Perguntava-lhe apenas relativamente às verbas que são referidas, encaminhadas para o pessoal, das despesas com pessoal, Se se está a referir ao técnico que já aqui falámos que teve que ter formação própria para dar resposta às transferências que o Município recebeu ou se estaremos a falar de outro pessoal além desse técnico? Obrigado. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado Senhor Deputado, a Senhora Presidente quer responder? -----



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- **Senhora Presidente da Câmara Municipal:** -----

----- Nas transferências que fazemos para a Misericórdia de Sangalhos, o valor que é de transferência incluiu o valor correspondente àquilo que a transferência de competências paga relativamente a um técnico e é evidente que nós estamos a acrescentar os valores dos subsídios, dos subsídios eventuais e, pronto, a acrescentar algo mais, porque o valor que na descentralização está previsto como encargo de um técnico, são vinte e dois mil e duzentos ou quatrocentos à volta disso. Portanto, nós estamos a ir além disso e fora esse valor ainda com a questão dos tais apoios aos subsídios, mas isso é a verba que fica cativa para os respetivos apoios. Eu só dizer, eu não sei qual é o valor de contratação da Misericórdia do técnico. Nós estamos a considerar o valor de um técnico, mais outro valor, mais os apoios e subsídios eventuais e é isso que transferimos para a Misericórdia. E nós temos uma equipa a trabalhar. Também temos um técnico afeto, mais um técnico contratado, mais um administrativo e depois não chegam, mais toda a outra equipa da parte social que tem que efetivamente estar envolvida, porque se fôssemos, no fundo, a recortar os técnicos todos que seriam necessários, obviamente que a verba que é transferida não dá para nada. Ao contrário de outros Municípios que na verdade até tem dinheiro para distribuir as competências na área social por diversas IPSS, com equipas multidisciplinares. O que não é o caso aqui em Anadia, que não vale a pena estar agora a voltar atrás é o que é, esperamos que haja a possibilidade num futuro de poder haver reforço destas verbas, não sei como, mas se for como a educação, aquilo que foi definido em termos de reforço de verbas este ano ainda não vimos nada. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado Senhora Presidente. Não havendo mais inscrições, perei à votação este ponto número cinco relativamente à proposta da Câmara Municipal de segunda alteração orçamental modificativa barra revisão às Grandes Opções do Plano e ao orçamento do Município de Anadia para dois mil e vinte e três, dois mil e vinte sete. Quem vota a favor primeira fila, segunda fila, terceira fila, quarta fila, quinta fila, Mesa, e, portanto, e num universo de trinta e um votantes e no uso da competência estabelecida na alínea a) do n.º 1 do art.º 3.º do Regimento da Assembleia Municipal de Anadia – alínea a) do n.º 1 do art.º 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro – a Assembleia Municipal deliberou por unanimidade, com trinta e um votos a favor, zero votos contra e zero abstenções, aprovar a proposta da Câmara Municipal de 2.ª Alteração Orçamental Modificativa/Revisão às Grandes Opções do Plano e ao Orçamento do Município de Anadia, para 2023/2027, encontrando-se cópia em anexo à minuta aprovada, da qual faz parte integrante. -----

----- Passamos então para **último ponto do período da ordem do dia que é a votação da proposta, apresentação, discussão e votação da proposta da Câmara Municipal de afetação do prédio inscrito na matriz predial rústica da Freguesia de Avelãs de Caminho sob o artigo número trezentos e oitenta e seis, a uso habitacional, portanto, nos termos do Plano Diretor Municipal de Anadia.** Pediria, se calhar, à Senhora Presidente que apresentasse não o ponto, mas se calhar o prédio. -----



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- **Senhora Presidente da Câmara Municipal:** -----

---- Eu diria que este é um caso social também, a Senhora Presidente da Junta está cá mas, enfim, começou muito mal e durante muitos anos e agora parece que se começa a endireitar e, portanto, o que acontece é que esta habitação está debaixo de uma mancha que foi abrangida por equipamentos coletivos e aquilo que o PDM permite é fazer a desafetação, mediante aprovação da Assembleia Municipal, porque é compatível a mancha dos equipamentos coletivos com a parte urbana, portanto, e logicamente, retirar essa mancha de forma a que este, enfim, munícipe, que já é legítimo dono do prédio, possa efetivamente legalizar a habitação e quiçá recorrer ao primeiro direito. Nunca sabe, isto é daqueles casos que, se calhar, até pode vir a ter esse enquadramento. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

---- Muito obrigado Senhora Presidente. Faz favor Senhor Deputado João Gaspar. -----

----- **Senhor Deputado Municipal João Gaspar, do Grupo Municipal do PPD/PSD:** -----

---- Tanto quanto eu percebi, este edifício foi edificado em mil novecentos e noventa, portanto, supostamente deve ter sido embargado, porque estava edificado numa zona que não podia ser permitida. Posteriormente eu não sei se é o dono original do prédio, nem se foi o primeiro dono que começou a edificar o edifício. Agora aparece esta e não vi da parte da Câmara nenhum motivo inequívoco que o justificasse, que nós alterássemos aquilo que está no PDM para o resto. Portanto, eu nesse sentido e como achei, estava à espera que me desse uma razão mais concreta e mais precisa, eu vou-me abster nesta votação, porque tenho muitas dúvidas, não é dúvidas e só assim, vamos pensar como eu pensei, se eu fosse aprovar agora em consciência, como disse alguém aqui há uns tempos, esta alteração, amanhã qualquer pessoa que tenha hoje um edifício no Município de Anadia que tenha sido embargado nos anos noventa, pode vir com um processo e nós alteramos outra vez o PDM para deixar que a pessoa faça, portanto, ou que altere, se não for a mesma pessoa é outra, portanto, para evitar estas conjunturas e esses pensamentos, eu vou votar em consciência, vou-me abster e não vou votar a favor, porque não achei que houvesse uma razão inequívoca que justificasse a minha votação positiva. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

---- Muito bem muito obrigado. Eu só gostaria de saber porque se não ficou muito contente ou pelo menos não ficou muito crédulo na justificação. Então, pronto, não é de credo é uma questão base de teologia, já não é credo é outra coisa qualquer. É credo, pronto, mas uma questão de consciência, mas disse que a sua razão de ser era porque não o conseguiram demover, não lhe conseguiram sustentar a razão. Pronto, uma justificação que foi tão curta, poderia pedir mais informações quiçá, estou eu a falar só de caras, mas faz favor Senhora Presidente. -----

----- **Senhora Presidente da Câmara Municipal:** -----

---- Os Senhores Deputados, eu estava aqui agora ver, portanto, receberam a documentação e no artigo quarenta e nove no número dois, está lá claro aquilo que a assembleia pode fazer. A assembleia não está aqui alterar o PDM, atenção a alteração do PDM é outra coisa. Esta mancha



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

que por acaso se destina a equipamentos coletivos, também permite a construção. Mas o facto de estar a mancha de equipamentos coletivos sobreposta, impede, obviamente, que haja ali legalização daquela habitação. Portanto, no fundo é, está uma mancha sobreposta a outra, é libertar esta mancha relativamente a este prédio, para que efetivamente se possa legalizar. Agora, situação sobre o agregado. Eu não, eu não posso agora precisar, está aqui quem se calhar melhor do que eu possa ter isto mais presente, mas se foi embargada ou não, eu não sei. Mas também há muitas situações que acontecem por aí e que, pronto, que ainda há bocadinho foram aqui abordadas e que não podem ser legalizadas, efetivamente, mas as pessoas, enfim, procuram um refúgio e foi ali o que aconteceu e foram andando e, se calhar, aos trancos e barrancos, até que, enfim, um agregado destruído, felizmente que os filhos conseguiram, pronto, ter um bocadinho mais de sucesso na vida e, portanto, os pais, a Mãe pelo menos não existe, o Pai não sei quem é, mas para o efeito também não interessa, e, portanto, há um filho que hoje herdou e é legítimo proprietário, porque o outro também abdicou desta situação, permitindo assim que haja a legalização da construção e, portanto, não é mais do que isto. Não há alteração do PDM, mas sim a oportunidade de viabilizar a legalização desta construção. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado faz favor para? Certo, faz favor. -----

----- **Senhor Deputado Municipal João Gaspar, do Grupo Municipal do PPD/PSD:** -----

----- Para que fique claro quando eu digo em consciência, eu não sei quem é a pessoa, não conheço, não faço a menor ideia, sei onde é que fica a localização, porque vi as fotografias e tive o cuidado de ler. Só que, eu sei que não estamos a alterar o PDM, mas estamos a dar uma permissão para fazer um aproveitamento de uma situação e que aqui está, ele é utilizado para efeitos coletivos e o que nós estamos a dizer é que ele pode ser utilizado para outros efeitos. Também sei que a minha abstenção não vai alterar em nada a aprovação do ponto, é pura e simplesmente para marcar a minha posição, que eu acho que se a obra desde noventa até agora, fosse por que motivos fosse, se hoje no PDM que já foi alterado, temos que aqui aprovar a votação para aquele artigo, quer dizer que anteriormente ele no PDM, se calhar, estava numa situação em que não se podia lá fazer nada e fez-se. Daí a razão de eu dizer que possivelmente teria sido embargado, também não faço a questão se foi. Isto é pensar logicamente com base nos dados que me deram e foi isso que eu fiz. Em consciência eu não me acho capaz de aprovar esta situação, é só isso, nem conheço a pessoa nem tenho nada contra ninguém, simplesmente neste momento, acho que para mim não faz sentido. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Obrigado, dou a palavra à Senhora Presidente de Junta Lúcia de Jesus. -----

----- **Senhora Deputada Municipal e Presidente da Junta de Freguesia de Avelãs de Caminho Lúcia de Jesus, do +PNT:** -----

----- Ora então boa tarde mais uma vez. Eu julgo que este assunto está todo ele muito bem espelhado na documentação que foi enviada e que nós tivemos acesso à mesma, quando a isso eu acho que não tenho mais nada a acrescentar. A não ser que conheço o Senhor Daniel



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Coutinho Rangel dos Santos há muitos anos, aquela casa, sinceramente, também não sei se a obra foi, digamos, se mandaram para a obra ou não, é verdade ou não. O que é certo é que sempre conheci a obra naquela posição, desde que a mãe ficou sozinha com os dois filhos. Se foi por uma questão monetária que não avançaram com o processo da obra ou com a construção da casa ou não, também não sei. O que é certo é que foi a casa onde duas crianças cresceram, se fizeram homens e um deles agora proprietário da mesma. Eu acho que nesta situação e com tanta dificuldade que está aqui e que foi hoje discutida que é o processo da habitação e se havendo esta possibilidade de passar digamos, de passar esta casa para legal, portanto, para o processo de habitação era menos um problema que nós temos com dois munícipes de Anadia, porque eles vivem no Concelho de Anadia. Este rapaz procurou a Junta há cerca de dois ou três anos, quando a mãe faleceu, no sentido de dizer que herdou, portanto, o irmão mais velho passou a parte que lhe era devida, passou essa parte para o irmão mais novo e o moço ficou, portanto, com a casa e deu a entender que queria legalizar, fazer todo o processo da legalização da casa e o que é que poderia fazer? Nessa altura eu sugeri, evidentemente, que se dirigisse à Câmara e visse qual era o que é que tinha que fazer, tudo dentro da lei, tudo direitinho, projetos e essas coisinhas todos, portanto, isto efetivamente já anda aqui há uns anos a decorrer. E é como digo, se houver votos favoráveis é menos um problema de habitação que nós temos em Avelãs de Caminho, para não dizer já no Concelho, não é? Afeta, digamos, a parte do Concelho. De resto, pronto, se a casa foi embargada se não foi, se houve dinheiro para continuar se não houve, acho que não houve, acho que não havia dinheiro, nas condições em que eles viviam acho que não havia dinheiro, a mãe ficou sozinha, era uma pessoa doente, não trabalhava, não havia dinheiro com toda a certeza. Agora se foi embargada ou não, também não consigo dizer. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado Senhora presente, vou dar a palavra ao Senhor Deputado César Andrade, faz favor. -----

----- **Senhor Deputado Municipal César Andrade, do Grupo Municipal do PPD/PSD:** -----

----- Boa tarde a todos, eu conheço o processo desta casa, desta família, é uma família humilde, a mãe deste Senhor Daniel era doente, com poucas possibilidades financeiras e ao longo de alguns anos começou a construir a casa e aumentar a casa dentro das possibilidades dela, entretanto, veio a doença, separou-se do marido, entretanto, as dificuldades foram maiores, penso que a casa não ficou embargada, não houve foi condições financeiras para a melhorar. Já está ligado na altura em que eu era Presidente de Junta eles pediram para ligar água e através da Câmara intercedi e a Câmara ligou fez a ligação da água pública. Penso que são pessoas humildes, construíram ali a casa porque era o único terreno que tinham e acho que para uma casa estar ilegal, se houvesse a possibilidade a legalizar, ninguém perdia nada com isto. Todos ficavam a ganhar, não há maldade nenhuma neste caso porque É uma história prontos verdadeira e com pouco queremos que deem a este processo um final feliz. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----



MUNICÍPIO DE ANADIA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Okay, obrigado Senhor Deputado. Para que efeito Senhor Deputado? Faz favor, mas seja breve. -----

----- **Senhor Deputado Municipal João Gaspar, do Grupo Municipal do PPD/PSD:** -----

----- Apenas para clarificar que a minha abstenção não altera em nada o voto que vai ser feito. Eu não vou impedir nada, é uma questão de princípio, não tenho nada contra a pessoa que eu não conheço de lado, nenhum que vi, não estou a pôr em questão nada disso, eu com base nisto fiz uma conjectura e depois de estudar isto, achei que para a minha pessoa eu devia abster-me e é isso que vou fazer. Eu não tenho nada contra a pessoa e se amanhã até for preciso, eu estou sempre disposto para ajudar, não temos nada contra isso. Agora, isto não impede nada, o facto de eu me abster não impede que seja legalizado. Não percebo qual é a dificuldade. -----

----- **Senhor Presidente da Assembleia Municipal:** -----

----- Muito obrigado eu percebo a sua posição, da mesma forma que percebo a posição das outras pessoas, que alegaram o que alegaram, portanto, o Senhor tomou uma atitude, vai-se abster e nós já sabemos, portanto, não há mais ninguém inscrito. Vou passar à votação deste ponto número seis, que depois de discutida a votação da proposta da Câmara Municipal de afetação do prédio inscrito na matriz predial rústica da Freguesia de Avelãs de Caminho sob o artigo três, oito, seis a uso habitacional. Quem vota a favor primeira fila, segunda fila, terceira fila, quarta fila, quinta fila e Mesa. Quem se abstém já sabemos que fez antecipadamente uma declaração de voto e, portanto, e num universo de trinta e um votantes e no uso da competência estabelecida no n.º 2 do art.º 49.º do Regulamento do Plano Diretor Municipal de Anadia, a Assembleia Municipal deliberou por maioria, com trinta votos a favor, zero votos contra e uma abstenção, do Senhor Deputado João José Rodrigues Gaspar, do Grupo Municipal do PPD/PSD, aprovar a proposta da Câmara Municipal de afetação do prédio inscrito na matriz predial rústica da Freguesia de Avelãs de Caminho, sob o art.º n.º 386, a uso habitacional, encontrando-se cópia em anexo à minuta aprovada, da qual faz parte integrante. -----

----- Temos aqui na Mesa porque foi assim rececionado um requerimento de Nuno Ricardo da Costa Portovedo do MIAP, em que faz a proposta no sentido da aprovação em minuta, a fim de produzir efeitos imediatos nos termos do que dispõe número quatro do artigo quinquagésimo terceiro do Regimento da Assembleia Municipal de Anadia, dos pontos dois, três, quatro, cinco, e seis do Período da Ordem do Dia. Quem vota a favor primeira fila, segunda fila, terceira fila, quarta fila, quinta fila e Mesa. Portanto, foi aprovado por unanimidade. -----

----- Portanto, assim sendo, vamos perguntar se há alguém do público, Portanto, sendo assim e não havendo ninguém inscrito para intervenção do público, dou por encerrada esta sessão ordinária da Assembleia Municipal de Anadia, são dezoito horas e oito minutos, da qual, para constar, se lavrou a presente ata, que tem como suporte a gravação digital de tudo o que ocorreu na sessão e que vai ser assinada pelos membros da Mesa.-----



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

O Presidente -

O Primeiro Secretário -

A Segunda Secretária -

